

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Deyvison Roberto Nascimento

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
NOS MUNICÍPIOS DE BARRA MANSA, PORTO
REAL, RESENDE E VOLTA REDONDA NA
DÉCADA DE 2000**

Taubaté – SP
2015

Deyvison Roberto Nascimento

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
NOS MUNICÍPIOS DE BARRA MANSA, PORTO
REAL, RESENDE E VOLTA REDONDA NA
DÉCADA DE 2000**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté

Área de concentração: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Taubaté – SP

2015

DEYVISON ROBERTO NASCIMENTO

**INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE BARRA
MANSA, PORTO REAL, RESENDE E VOLTA REDONDA.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e administração da Universidade de Taubaté

Área de concentração: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional

Data: 29/05/2015

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Ricci

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr.^a Marcela Barbosa de Moraes

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. André Ferreira

Universidade Federal Fluminense

Assinatura _____

Aos meus pais.

A toda a família.

À Graziela.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pela força recebida em todos os momentos, especialmente os mais difíceis.

Depois, à família, apoio inestimável e inenarrável.

Aos professores do programa, cujos valiosos ensinamentos tanto contribuíram para que este trabalho virasse realidade.

Ao Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, por todo trabalho de orientação, paciência e colaboração sempre incentivadora.

Ao Prof. Dr. Fabio Ricci, com todos os seus conselhos e objeções que fizeram da pesquisa algo mais do que simples leitura e meditação.

À Prof.^a Dr.^a Marcela Barbosa de Moraes, que colaborou de forma decisiva para a delimitação final do trabalho.

Ao Prof. Dr. André Ferreira, que, com seu conhecimento sobre a região, enriqueceu a análise apresentada.

Aos colegas de turma, que, com discussões, engrandeceram o conteúdo do trabalho, apresentando, por muitas vezes, visões de mundo que eu jamais ousaria ter.

RESUMO

A industrialização, com seu efeito multiplicador, tem grande importância para o desenvolvimento econômico de um país, ou até mesmo de uma região, contribuindo na geração de empregos e renda inclusive para outros setores de atividade. O desenvolvimento, além das questões econômicas, passa por outras dimensões de qualidade de vida da população, tais como educação, saúde, assistência social, pobreza, etc. Nos municípios de Barra Mansa, Porto Real, Resende e Volta Redonda, a industrialização ocorreu de forma acelerada na década de 2000, tendo seus reflexos identificados nos indicadores de qualidade de vida e na geração de emprego e renda. O objetivo desta dissertação é analisar os resultados desses indicadores econômicos e sociais da região, buscando entender o impacto do crescimento da industrialização no processo de desenvolvimento nesses municípios na década de 2000. O método utilizado foi a abordagem qualitativa, que teve informações coletadas por meio de pesquisa documental e de análise bibliográfica. Os resultados da dissertação apontam que a industrialização contribuiu para o crescimento econômico da região e, com isso, para a geração de emprego e renda; no entanto, os indicadores sociais, como os de educação e saúde, não avançaram no mesmo ritmo.

Palavras-chave: Planejamento e Desenvolvimento Regional. Crescimento Econômico e Desenvolvimento. Médio Vale do Paraíba Fluminense.

ABSTRACT

Industrialization, with its multiplier effect, has great importance for the economic development of a country, or even a region, contributing to job creation and income including other sectors. The development, in addition to economic issues, involves other dimensions of quality of life of the population as education, health, social welfare, poverty, etc. In the municipalities of Barra Mansa, Puerto Real, Resende and Volta Redonda industrialization occurred rapidly in the 2000s, with their reflections were identified in quality of life indicators and the generation of employment and income. The objective of this dissertation is to analyze the results of economic and social indicators in the region seeking to understand the impact of industrialization of growth in the development process in these municipalities in the 2000s. The method used is qualitative approach and has information collected through desk research and bibliographic analysis. The results of the dissertation indicate that industrialization has contributed to economic growth in the region and thus the generation of jobs and income, however social indicators such as education and health have not advanced at the same pace.

Keywords: Planning and Regional Development. Economic and Development. Médio Vale do Paraíba Fluminense.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tarifas de importação nos principais produtos da indústria, em %	37
Tabela 2 – Variação populacional do Médio Paraíba na década de 2000	61
Tabela 3 – Evolução dos grupos industriais no Vale do Paraíba Fluminense	64
Tabela 4 – Variação PIB Médio Paraíba Fluminense na década de 2000 (R\$ mil) ...	67
Tabela 5 – Variação do setor industrial na década de 2000 (R\$ mil)	68
Tabela 6 – PIB de Barra Mansa na década de 2000.....	69
Tabela 7 – Perfil de Porto Real na década de 2000 (R\$ mil e pontos centesimais) ..	69
Tabela 8 – Perfil de Resende na década de 2000 (R\$ mil e pontos centesimais)	70
Tabela 9 – Perfil de Volta Redonda na década de 2000 (R\$ mil e pontos centesimais)	70
Tabela 10 – Geração de Empregos nos municípios entre o período de 2004 e 2010	71
Tabela 11 – População e emprego nos municípios selecionados e no Estado do Rio de Janeiro em 2010.....	72
Tabela 12 – IDH dos municípios selecionados.....	72
Tabela 13 – Subgrupos do IDH – Municípios selecionados	73
Tabela 14 – IFDM dos municípios selecionados	74
Tabela 15 – Subgrupos do IFDM – Municípios selecionados	75
Tabela 16 – Variação do IDEB nas escolas do 5º ano em Barra Mansa.....	76
Tabela 17 – Variação do IDEB nas escolas do 9º ano em Barra Mansa.....	76
Tabela 18 – Variação do IDEB nas escolas do 5º ano em Porto Real	77
Tabela 19 – Variação do IDEB nas escolas do 9º ano em Porto Real	77
Tabela 20 – Variação do IDEB nas escolas do 5º ano em Resende.....	78
Tabela 21 – Variação do IDEB nas escolas do 9º ano em Resende.....	78
Tabela 22 – Variação do IDEB nas escolas do 5º ano em Volta Redonda	79
Tabela 23 – Variação do IDEB nas escolas do 9º ano em Volta Redonda	79
Tabela 24 – Mortalidade infantil no Médio Paraíba Fluminense.....	80
Tabela 25 – Expectativa de vida no Médio Paraíba Fluminense.....	81
Tabela 26 – População abaixo da linha da extrema pobreza na década de 2000	82
Tabela 27 – População abaixo da linha da pobreza na década de 2000	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Médio Vale do Paraíba Fluminense	59
Figura 2 – Barra Mansa e os Objetivos do Milênio	84
Figura 3 – Porto Real e os Objetivos do Milênio	85
Figura 4 – Resende e os Objetivos do Milênio	86
Figura 5 – Volta Redonda e os Objetivos do Milênio.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Crescimento e Desenvolvimento	21
Quadro 2 – Cronologia histórica da industrialização e desenvolvimento	48
Quadro 3 – Indicadores de desenvolvimento	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetvos	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos Específicos	14
1.2 Delimitação do estudo	15
1.3 Relevância do estudo	15
1.4 Organização do trabalho	15
2 REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 Conceitos e Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento.....	17
2.2 Análise do Pensamento das Nações Unidas sobre o desenvolvimento.....	22
2.3 Processo de industrialização e crescimento econômico no Brasil e no Rio de Janeiro	28
2.4 Indicadores de Desenvolvimento Regional	48
3 MÉTODO.....	56
3.1 Tipo de pesquisa	56
3.2 Delimitações da dissertação.....	57
3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados	57
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	59
4.1 Apresentando e discutindo o Médio Vale do Paraíba Fluminense	59
4.1.1 Industrialização e Desenvolvimento nos Municípios Selecionados.....	62
4.2 Os municípios e seu perfil histórico.....	64
4.3 Indicadores econômicos.....	67
4.3.1 Crescimento Econômico e industrialização	67
4.3.2 Produto Interno Bruto	68
4.3.3 Empregos nos municípios de Barra Mansa, Porto Real, Resende e Volta Redonda.....	71
4.4 Indicadores sociais.....	72
4.4.1 Os Municípios Selecionados e o Índice de Desenvolvimento Humano.....	72
4.4.2 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.....	74
4.4.3 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos Municípios.....	76

4.4.4	Indicadores de Saúde nos Municípios.....	79
4.4.5	Os Indicadores de Pobreza.....	81
4.4.6	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88

1 INTRODUÇÃO

A Região do Médio Paraíba Fluminense é composta por nove municípios, sendo eles Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda. Juntos, estes municípios contam 680.011 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010, e compõem uma das microrregiões mais ricas do estado do Rio de Janeiro, sendo seu eixo mais industrializado, o foco de estudos deste trabalho. Desde meados da década de 1990, a região passa por um processo de acelerada industrialização com a chegada de indústrias montadoras.

Para Vieira (2009), a busca pelo desenvolvimento econômico sempre esteve associada à industrialização. Aqueles países que fizeram a primeira ou a segunda revolução industrial são considerados desenvolvidos, e somente no século XX o Brasil conseguiu êxito nessa tarefa, reiterando que o processo de industrialização, desencadeado de forma isolada pode não culminar em desenvolvimento.

Para Sen (2010), uma região desenvolvida é aquela onde que os cidadãos desfrutam de liberdades individuais para atender aos seus desejos, com comprometimento social institucional.

Furtado (2007) defende o conceito do Estado como principal indutor do desenvolvimento utilizando mecanismos de incentivo para promover a industrialização, aproveitando seu fator concentrador para gerar mais emprego e renda na região, não somente para os trabalhadores envolvidos no processo fabril, mas em toda a escala de produtos e serviços necessários para o desenvolvimento.

Defende ainda o desenvolvimento do Nordeste, majoritariamente agrário, buscando minimizar o problema econômico existente entre esta região e o sul, mais industrializado e próspero.

Diniz (2009) afirma que o processo de industrialização ocorreu, principalmente, no período Pós-Guerra, de acordo com o sucesso da expansão econômica dos países nesse período. O desenvolvimento pelo modelo keynesiano, que provocou a industrialização com a participação do Estado na economia, tornou-se obsoleto, dadas as interferências intelectuais de uma nova visão de Estado, o Neoliberalismo, que se opõe à interferência estatal na economia.

Já para Campos (1975), o Governo tem o papel de manter a infraestrutura em condições ideais para que os empresários possam trabalhar de forma competitiva,

gerando emprego e renda. Este conceito foi concluído no planejamento de desenvolvimento sucedido nos governos militares pois, ao contrário do ocorrido anteriormente, o capital privado era plenamente aceito como parceiro estratégico.

No debate do desenvolvimento regional, os fenômenos territoriais comuns na microrregião, tais como a conurbação e os movimentos pendulares, podem causar efeitos nas cidades que são chamadas de cidades-dormitório.

Ojima (2010) afirma que o conceito de cidades-dormitório é altamente pejorativo, uma vez que as identifica como não contribuintes para a melhoria da qualidade de vida da população de forma satisfatória, ou seja, são cidades que não possuem condições de apresentar desenvolvimento econômico e social.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo desta dissertação é analisar os indicadores econômicos e sociais da região buscando entender o impacto do crescimento da industrialização no processo de desenvolvimento nos municípios Barra Mansa, Porto Real, Resende e Volta Redonda na década de 2000.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar os indicadores que são utilizados para a medição da qualidade de vida regional.
- Analisar a evolução de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano, Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Produto Interno Bruto e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

1.2 Delimitação do estudo

A dissertação situa-se no período temporal de 2000 a 2010, devido ao fato de que os principais indicadores de qualidade de vida e censos populacionais foram compostos por pesquisas realizadas nesse intervalo cronológico.

Os quatro municípios escolhidos para análise, Barra Mansa, Porto Real, Resende e Volta Redonda, são aqueles que possuem o maior perfil industrial regional e sofreram os impactos do processo de industrialização recente.

Os indicadores utilizados para a análise regional nas dimensões social e de qualidade de vida foram o IDH, o IFDM, o IDEB, os indicadores de pobreza e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, pois, de acordo com a junção dos mesmos, é possível retratar a situação regional de forma objetiva. Nas dimensões econômicas, a Balança Comercial, o PIB e a Geração de Empregos surgem como as principais alternativas para o estudo.

1.3 Relevância do estudo

O estudo tem importância pelo fato de as cidades envolvidas neste novo ciclo de industrialização estarem atravessando um período de acentuado crescimento econômico. No entanto, é necessário identificar a relevância deste crescimento para o processo de desenvolvimento com a melhoria na qualidade de vida das pessoas nos municípios estudados.

1.4 Organização do trabalho

Primeiramente, os conceitos sobre crescimento e desenvolvimento são apresentados e devidamente diferenciados, assim como os indicadores para medição da qualidade de vida.

Posteriormente, realiza-se uma análise sobre a metodologia adotada pelas Nações Unidas para mensurar o desenvolvimento, fornecendo subsídios para as discussões finais. O debate político surge quando as ações traçadas para tratar do

tema passam à esfera governamental e aos formuladores internacionais de políticas para a melhoria da qualidade de vida.

Após a apresentação metodológica, tem início uma discussão sobre as informações coletadas. Em conjunto com a apresentação dos indicadores sociais, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal são fontes de grande valia para uma análise assertiva acerca da melhoria da qualidade de vida da população.

Também destacam-se como pontos relevantes a análise sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre os indicadores que medem os níveis de pobreza e extrema pobreza. Tal análise é complementada com as informações que partem do ponto de vista econômico e permitem o alcance uma conclusão a respeito do processo, além da definição de um parecer acerca do impacto da industrialização nas cidades selecionadas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Conceitos e Indicadores de crescimento e desenvolvimento

Os conceitos de crescimento e desenvolvimento normalmente são apresentados com uma confusão entre si. Em várias áreas de estudo, estes são utilizados à exaustão, porém, sem o devido cuidado na sua tratativa, o que gera, na maioria dos casos, grandes problemas de interpretação por parte de estudantes, eleitores ou leitores. Busca-se, nesta seção, esclarecer essa dificuldade em diferenciá-los.

Crescimento é, segundo Haberler (1974), uma referência ao produto mensurável, ou seja, àquele produto que se consegue medir. O PIB é uma ferramenta indicada pelo autor como forma de analisar se houve, ou não, crescimento.

Etimologicamente, segundo o dicionário Aurélio (1993), crescer significa aumentar em tamanho, volume, estatura, força, duração, grandeza ou extensão, e desenvolver significa adiantar, aumentar, melhorar, aperfeiçoar, fazer progredir. Produzir.

De acordo com Sandroni (1999), crescer significa aumentar a capacidade produtiva da economia, os bens e serviços de um determinado país. O autor continua a conceituação dizendo que o crescimento econômico de uma área é calculado mediante a análise da evolução do crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) ou do Produto Interno Bruto (PIB), ou ainda pode ser mensurado pelo aumento da força de trabalho, pela receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico.

Vieira (2009) afirma que a quantidade de recursos financeiros ou bens materiais que possibilite o aumento da produção e da produtividade é importante para o desenvolvimento econômico, mas a melhor distribuição dos recursos promove a harmonização do desenvolvimento, contribuindo para a melhora da qualidade de vida.

Nessa discussão sobre crescimento e desenvolvimento, Erber (2011) utiliza uma distinção tradicional entre os termos: o primeiro consiste, essencialmente, em mais do mesmo, e o segundo implica em transformações estruturais. Estas

transformações fazem com que os atores enfrentem uma incerteza substantiva, que não pode ser eliminada através da busca de mais informações.

Ainda sobre esse assunto, é possível encontrar formulações como as levantadas por Bresser-Pereira (2003), que analisa os programas de crescimento e desenvolvimento no mundo subdesenvolvido. O autor relata que, ao realizar a análise destes programas, é importante que as medições sejam realizadas levando em consideração apenas a sua efetividade, excluindo a proximidade ou não do ator político responsável pela mesma, sob pena de confundir efetividades técnicas com simpatias pessoais.

Bresser-Pereira (2003) também afirma que, quanto maior for o desenvolvimento de uma determinada sociedade, maior será a possibilidade dos programas de estímulo ao crescimento e ao desenvolvimento lograrem sucesso. Quando a sociedade não dispõe de mão de obra capacitada, acontecem falhas técnicas que colocarão o sucesso do projeto em risco.

O desenvolvimento é um processo bem mais amplo e pode envolver muitas questões subjetivas, sendo possível encontrar diversas respostas para o mesmo questionamento, pois tal entendimento varia de acordo com a expectativa de cada povo ou de cada cultura.

Para Perroux (1967a), é possível trabalhar o desenvolvimento de acordo com a coerência das instituições, que podem estar divididas em quatro níveis: jurídicas, Instituições-organismos, que são constituídos por grandes grupos empresariais, sistemas econômicos como o capitalismo e o feudalismo africano e, por fim, tipos de organização de um mesmo sistema econômico-social.

Ainda para Perroux (1967a), nos países desenvolvidos e nas sociedades pós-industriais, existem alguns tipos de conflitos que são operantes entre si e produzem inúmeras ações concomitantes, como por exemplo os conflitos sociais pré-industriais, sociais industriais e, por fim, os de ordem política. Após estas deliberações, o autor pondera que a simples ação econômica não é capaz de explicar todos esses quesitos, sendo necessária uma análise ainda mais profunda sobre temas subjetivos.

Segundo Vieira (2009), o desenvolvimento é um processo social global, ou seja, a classificação de desenvolvimento econômico, político, social ou cultural só deve ser realizada por razões metodológicas ou para tratar de um desses sentidos particulares. Em termos conceituais, é a explicação de virtualizações preexistentes

no processo histórico-social. O desenvolvimento depende dos valores de cada sociedade e, de certo modo, pode até se opor à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é maior do que a oferta de bens e serviços resultante do aumento de produtividade.

De acordo com Santos *et al.* (2012), desenvolvimento tornou-se, além de um *slogan*, um conceito paradigmático, que pode ser dividido em três etapas de análise. São elas: desenvolvimento como crescimento econômico, como satisfação das necessidades básicas e como elemento de sustentabilidade socioambiental.

A primeira visão é a de que quanto mais a economia cresce, maior será a ampliação que virá a encontrar-se com este processo, sendo, portanto, a geração de riqueza, matriz fundamental para o desenvolvimento. A segunda é a questão mais subjetiva da análise, que engloba fatores que passam pela percepção pessoal, por dados e informações intangíveis e de difícil medição. Porém, é a que mais se aproxima do conceito geral de análise de desenvolvimento. Por fim, há a abordagem da sustentabilidade socioambiental, que busca melhorar as relações entre consumo e planeta.

Segundo Smith (2012), o desenvolvimento de uma determinada área se dá quando os agentes econômicos são capazes, por si só, de promover a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da satisfação dos interesses individuais de cada grupo social, e de forma espontânea.

Smith (2012) defende que o homem é um ser que nasceu para a troca e que, em algum momento, a sociedade logo se tornará um braço mercantil, principalmente quando atingir um nível alto de conscientização populacional sobre o quão longe é possível chegar, em termos de qualidade de vida. Quando o objetivo é satisfazer as necessidades individuais, o homem é um ser que visa sempre o lucro e, portanto, passaria a se esforçar ainda mais para gerar uma produção excedente e encaminhá-la às regiões que possuem necessidade daqueles produtos.

A partir do momento em que tais produtos passam a chegar a locais que têm necessidades a serem satisfeitas com estes itens, o bem-estar começa a ser gerado pelo excedente da produção, atingindo o ponto que Adam Smith considera central e chamou de Mão Invisível.

Este conceito é o equilíbrio entre dois fatores – oferta e demanda – que são, de certo modo, antagônicos no meio econômico. Passa a ser, então, reconhecido que o desenvolvimento dar-se-á quando a livre iniciativa, aliada ao aumento da

produtividade do trabalho útil gerar satisfação das necessidades individuais, entendendo-se que estão plenamente equilibradas e satisfeitas.

Segundo Sen (2010), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), o aumento de rendas pessoais, a industrialização, o avanço tecnológico ou a modernização social.

Ainda de acordo com Sen (2010), no contexto das visões mais restritas de desenvolvimento – como crescimento do PNB ou industrialização –, questiona-se frequentemente se determinadas liberdades políticas ou sociais, como a livre participação ou dissensão política e as oportunidades de receber educação básica, são ou não conducentes ao desenvolvimento. Para Sen (2010), a questão da satisfação das necessidades econômicas e liberdades políticas é apresentada em inúmeros debates internacionais e deve ser tratada de forma definitiva.

Em países que ainda não alcançaram um elevado nível de desenvolvimento, há uma discussão sobre qual é a necessidade de atendimento das demandas políticas da população, notoriamente mais sutis, ante o atendimento das econômicas, que podem fazer com que pessoas arrisquem suas vidas para obtenção de alguma fonte de renda que lhes garanta a subsistência.

Sen (2010) afirma que esta dicotomia entre a existência de liberdade política e a satisfação de necessidades econômicas está equivocada, e existem muitas inter-relações entre estas duas vertentes que devem ser levadas em conta. Com um acréscimo nas liberdades políticas, é bem provável que as questões econômicas, por si só, acabem se resolvendo devido à maior capacidade da iniciativa privada de gerar riqueza com menor intervenção do Estado. Essas relações são também construtivas. Para se construir um regime de liberdade econômica, é necessário que haja espaço para o debate político. Com esta afirmação, sugere-se que é necessária uma maior interação entre política e economia para que o processo de desenvolvimento possa ser acentuado.

Enfim, quanto maior for a capacidade de uma determinada sociedade debater sobre os rumos políticos, maior será a possibilidade que ela tenha, também, um progresso econômico satisfatório.

Aumentar a capacidade produtiva da economia e, portanto, a produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica.	Sandroni (1999)
Quantidade de recursos financeiros ou bens materiais que possibilite o aumento da produção e da produtividade é importante para o desenvolvimento econômico, mas a melhor distribuição dos recursos promove a harmonização do desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.	Vieira (2009)
Distinção tradicional entre crescimento e desenvolvimento: o primeiro consiste, essencialmente, em mais do mesmo, e o segundo implica em transformações estruturais.	Erber (2011)
É possível trabalhar o desenvolvimento de acordo com a coerência das instituições, que podem estar divididas em quatro níveis: jurídicas, Instituições-organismos, que são constituídos por grandes grupos empresariais, sistemas econômicos como o capitalismo e o feudalismo africano e, por fim, tipos de organização de um mesmo sistema econômico-social.	Perroux (1967)

Quadro 1 – Crescimento e Desenvolvimento

Com o crescente desequilíbrio econômico entre as regiões mais e menos desenvolvidas, a intensidade das necessidades econômicas aumenta e não diminui a urgência das liberdades políticas. Existem três considerações que conduzem para a construção deste raciocínio. São elas:

- Sua importância direta para a vida humana associada à capacidades básicas (como a capacidade de participação política e social).
- Seu papel instrumental de aumentar o grau em que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política (como reivindicações de necessidades econômicas).
- Seu papel construtivo na conceituação de necessidades (como a compreensão das necessidades econômicas em um contexto social).

Existe, em outro cenário, a discussão sobre a ascensão da democracia como regime político mais aceito no século XX e o cenário de crescimento econômico vivenciado pelos países no mesmo período. Segundo Sen (2010), existem correntes que afirmam que países mais autoritários, como a Coreia do Sul, alcançaram o crescimento econômico de forma mais rápida do que países com a democracia mais enraizada, com menos autoritarismo.

2.2 Análise do Pensamento das Nações Unidas sobre o desenvolvimento

A medição do IDH por parte das Nações Unidas transformou um organismo internacional, que até então era direcionado à promoção da paz mundial, em uma ponte entre seu trabalho no campo econômico e social e a promoção da segurança internacional.

Para Machado *et al.* (2008), poucos estudos independentes deram atenção ao PNUD até agora. O interesse dos pesquisadores e técnicos tem sido dirigido preferencialmente aos relatórios de desenvolvimento humano, em especial ao IDH. Assim, os autores afirmam que é possível reduzir, com frequência, os resultados de pesquisas de qualidade de vida analisados de acordo com seu índice, que é calculado de forma simples e que explora apenas uma das vertentes do desenvolvimento.

A Organização deixou de se basear apenas nos interesses de promoção internacional da paz e passou a focar nas questões socioeconômicas. Um entendimento da capacidade e do interesse das Nações Unidas em migrar para um novo polo de atuação foi a sua convicção de que só poderia haver paz e segurança social para todos se, antes deste processo, houvesse bem-estar econômico e social.

Segundo Machado (2008), quando da confecção da Carta das Nações Unidas, essa vocação já estava presente, porém, com um destaque menor, e simplesmente para ser um meio de trabalhar a paz entre as nações. O artigo 55 da Carta (2014), que busca criar condições de estabilidade e bem-estar, necessária às relações pacíficas e amistosas entre as Nações baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

- a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;
- b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional.

Ainda de acordo com Machado (2008), no pensamento desenvolvimentista que atingiu a ONU, a década de 1960 foi encarada como a década que soaria como uma mola propulsora do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, com uma meta de 5% para medição do crescimento anual. E, embora alguns dos

países pertencentes a este grupo tenham atingido o proposto, a qualidade de vida das pessoas residentes em tais localidades não obteve o mesmo nível de melhora.

Assim, surgiu a corrente que afirma que somente o crescimento econômico não é suficiente para o aumento da qualidade de vida da população, fazendo emergir a abordagem humana do desenvolvimento, trabalhando a melhoria da percepção da importância dos conhecimentos e habilidades das pessoas para o processo de desenvolvimento.

Machado (2008) continua a discussão destacando que a década de 1970 foi outro período que conteve metas para o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos. Desta feita, um crescimento médio de 6% era esperado.

Esta meta foi traçada por meio de estratégias alinhadas por métodos e práticas novas, pensadas por equipes de desenvolvimento ligadas à ONU e também por órgãos independentes.

O traço mais importante dessas políticas foi um elemento comum, representado pela visão de que deveria haver um deslocamento da ênfase em agregados econômicos, como o crescimento econômico em si, para um foco maior em atender as necessidades humanas básicas, gerar empregos produtivos e reduzir a pobreza.

Ainda segundo Machado (2008), foi nesta década que ocorreu o primeiro grande choque do petróleo, desencadeado em 1973 pelos países pertencentes à OPEP, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Esse grupo tinha em mãos a primeira oportunidade real de trabalhar em conjunto contra os países ricos e desenvolvidos e conseguir alguma vantagem na negociação.

Em razão do modo como tais negociações foram lançadas, o movimento positivo não ocorreu e os países acabaram mantendo a mesma situação problemática do período anterior à crise.

Por fim, Machado (2008) conclui que a crise da dívida da década de 1980 afetou, em grande parte, as políticas de desenvolvimento a serem experimentadas nos países que ainda careciam de melhoras na qualidade de vida da população. Por consequência, as estratégias lançadas no período sofreram as intervenções da corrente teórica chamada Neoliberalismo, oriunda do Consenso de Washington.

O neoliberalismo, para Moraes (2001), consolidou-se por um constante ataque às formas de regulação econômica do século XX, tais como o socialismo, o

keynesianismo, o Estado de Bem-Estar, o terceiro-mundismo e o desenvolvimentismo latino-americano.

Para Anderson (1995), o neoliberalismo se diferenciou do liberalismo clássico fundamentalmente pelo contexto em que surgiu, compondo uma intervenção teórica e política contra o Estado interventor e de Bem-Estar.

Essa corrente defende a miniaturização do papel do Estado na economia, defendendo as privatizações, demissão de pessoal, enxugamento da máquina pública e, efetivamente, uma gestão aos moldes da economia privada, em que os servidores passem a ser cobrados como se fossem colaboradores de uma empresa privada, não somente estatutários que gozam de muitos direitos e poucas obrigações no trato com o bem-estar público.

A evolução do debate sobre o desenvolvimento mostra o envolvimento da ONU nas questões a ele relacionadas e nas questões referentes à economia, algo um pouco dissonante do objeto a ela referido quando do momento de sua criação.

Sob sua égide, surgiram algumas instituições que pudessem controlar, segundo Zamora (1997), o modo de agir dos países, subdivididos em dois grupos, ambos com papéis distintos. Compõem o primeiro grupo as entidades operacionais que realizam operações técnicas e empréstimos, por exemplo; o segundo grupo é composto por organizações que são estritamente voltadas à criação e à garantia do cumprimento de regras.

Segundo Diniz (2009), a questão do desenvolvimento regional foi tratada de modo secundário até a Segunda Guerra Mundial, quando esta era entendida simplesmente como uma matéria de localização das atividades agrícolas e industriais. Para o autor, a primeira oportunidade de experimentação prática deste conceito foi aplicada da União Soviética, com o seu Plano de Eletrificação Nacional, datado de 1925, que definia a construção de várias usinas hidrelétricas, prevendo seu aproveitamento como base para o desenvolvimento regional e sua interligação futura.

Com isso, em 1928, a Comissão Nacional de Planejamento, recém-criada, introduziu a dimensão regional nesta discussão, ativando planos de eletrificação em regiões remotas do país.

Ainda no contexto soviético, segundo Diniz (2009), a preocupação com o desenvolvimento regional tornou-se ainda mais latente com a participação do país na Segunda Guerra Mundial e com a decisão de seus líderes de recuar o *front* de

batalha para atrás dos Urais, lançando mão da técnica da terra arrasada, quando o exército recua destruindo toda a infraestrutura disponível para, posteriormente, contra-atacar os exércitos invasores já despreparados e passando por privações. Esta estratégia militar permitiu que várias microrregiões de excelência fossem criadas ao longo do extenso território soviético de então.

Diniz (2009) avança na discussão sobre o dimensionamento do desenvolvimento regional. Com a crise de 1929, os países capitalistas atravessaram uma fase em que os Estados Nacionais possuíam capacidade de expandir o seu nível de interferência nos meios produtivos, em detrimento do setor produtivo privado, que passava por um grave problema de liquidez.

É neste momento que o Keynesianismo e a consequente mudança do papel do Estado na economia naquele período, além da evolução das técnicas de gestão e práticas de planejamento, desenvolveram políticas de redução das diferenças regionais e promoveram, também, o reordenamento territorial em muitos estados.

No intuito de combater os problemas ocasionados pela desigualdade regional, foram criadas as microrregiões com a concentração das atividades nas suas capitais informais, agindo como cidades-polo, principalmente no que diz respeito à questão da produção de bens de capital e da produção de informação. Esta é a Teoria do Lugar Central, lançada por Perroux (1967).

Os locais que receberiam os centros de produção de informação, conforme Diniz (2009), eram também escolhidos pelo Estado como forma de atenuar as diferenças regionais e manter os níveis de produção elevados.

Assim como nos países desenvolvidos, que enfrentavam estes problemas, os países periféricos traçaram suas estratégias de desenvolvimento regional. No Brasil, os de maior vulto e relevo foram a SUDENE e a SUDAM.

Com os trabalhos acontecendo, de certa forma, difusamente ao redor do globo, foram criadas algumas escolas de pensamento para nortear as ações que visavam a promoção do desenvolvimento por meio da diminuição das desigualdades regionais.

Uma escola desenvolvida nesse período foi a francesa, sob a liderança de François Perroux, que partia do princípio da economia dominante e de seus efeitos interindustriais.

Nesse entendimento, criou-se o conceito de polo de desenvolvimento e do papel central da empresa motriz e quais são os seus impactos para as regiões que as recebem.

Uma vertente da corrente que analisa a empresa motriz busca medir a questão da inovação provocada por uma grande corporação propulsora da região e seu efeito multiplicador. Este conceito aplica-se devido ao fato de que, quando esta se instala em uma localidade, o desenvolvimento é gerado pelos bens de capital que ela utiliza, pelos empregos que são gerados, pela renda que é distribuída na região em forma de recolhimento de impostos e de tributos, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população.

Por sua vez, a sociedade tem uma necessidade cada vez maior de consumir produtos de qualidade elevada, geralmente manufaturados, o que propicia que outras indústrias, de menor porte, porém, também manufatureiras, gerem empregos, renda e venham e se instalem na região, segundo Perroux (1967). Esta visão também é compartilhada por Celso Furtado para defender a industrialização do Nordeste brasileiro como forma de desenvolvimento.

Para Diniz (2009), após o grande aumento das práticas que propunham o desenvolvimento regional como parte do desenvolvimento econômico nas décadas de 1950 e 1960, essa preocupação foi abandonada, e algumas explicações são encontradas para tentar esclarecer o fenômeno ocorrido:

- o sucesso do crescimento econômico no Pós-Guerra e o esquecimento da questão regional;
- reações político-ideológicas contra a intervenção do Estado como agente produtor na Economia;
- insatisfação e crítica dos resultados das políticas regionais pelos grupos de esquerda;
- incapacidade dos teóricos para explicar os novos fenômenos (desindustrialização, emergência de novos centros baseados em alta tecnologia, mudanças na divisão internacional do trabalho, com os NIC's);
- desenho de uma nova visão do Estado, conhecida como "Neoliberalismo".

Neste último ponto, segundo Diniz (2009), foi desenvolvida a corrente de pensamento do crescimento endógeno que procurava demonstrar que o mercado, deixado livre, levaria à convergência de rendas entre países e regiões. Caberia ao

Estado resolver os problemas de educação, dotação de infraestrutura e estabilidade político-institucional.

A partir desse momento histórico, o conceito de integração econômica por meio de blocos foi surgindo e ganhando força e, de acordo com Menezes (2006), as opiniões acerca do processo de integração podem variar. Para alguns, a integração econômica se verifica quando os preços de todos os produtos iguais são equiparados em uma dada região; para outros, a integração seria simplesmente a eliminação de barreiras econômicas entre duas ou mais economias. Há ainda uma terceira visão, segundo Menezes (2006), que vê a integração como a eliminação de todas as possíveis barreiras para a realização de negócios entre mais de um país.

Como exemplo da grande dificuldade em criar blocos econômicos, as diferenças populacionais, culturais e legais na Europa, diante dos diferentes estados-nações que compõem a União Européia, passaram a ser entendidas como um problema transnacional, fato este que obrigou o bloco a estabelecer uma legislação que pudesse acolher todas as diferenças e passar a traçar convergências para a população abrigada sob o mercado comum.

Para finalizar sua análise, Diniz (2009) afirma que dois órgãos nacionalmente conhecidos, SUDENE, para o Nordeste, e SUDAM, para a Amazônia, foram os responsáveis pelas tratativas para a resolução dos problemas mais graves que atingiam as duas regiões mais pobres do território nacional.

A transposição do Rio São Francisco para o Nordeste e a criação da Zona Franca de Manaus foram opções observadas na tentativa de melhorar a integração regional e a melhoria da qualidade de vida.

Segundo Furtado (2007), o desenvolvimento econômico do Brasil concentra-se em três grandes ciclos: açúcar, no Nordeste; ouro e diamante, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; e café, no Sudeste.

Diniz (2009), em análise à obra de Furtado, avalia que esta pode ser considerada como uma interpretação das condicionantes, dos efeitos e dos resultados da dinâmica econômica, populacional e territorial do país.

Em nova análise sobre a obra de Furtado, Diniz (2009) conclui que a abordagem centro-periferia aplicada no Brasil com a relação entre o Nordeste e o Centro-Sul fez com que o Nordeste sofresse um efeito absolutamente negativo.

Com esta abordagem, o que Furtado faz é entender a questão das inter-relações dessas regiões, assim como a CEPAL buscava entender as relações entre

os países centrais e os países da periferia, ignorando os princípios das Vantagens Comparativas.

O que corroborou, segundo Furtado (2007), para a análise dos problemas enfrentados pelo Nordeste no trato com a região Centro-Sul do Brasil foi a construção da Rodovia Rio-Bahia, que facilitou o transporte das mercadorias produzidas na região mais industrializada para a área agrícola e manufatureira do Nordeste. Assim, com a invasão de produtos manufaturados em uma economia rural e subdesenvolvida, a pequena indústria local foi destruída.

O argumento para o combate desta situação problemática, segundo a análise feita sobre Furtado, era a natural industrialização da região Nordeste. Assim, o desenvolvimento industrial, por meio da concessão de incentivos do Estado ou mesmo do lançamento de empresas estatais no território, seria de fundamental importância para que a desigualdade fosse suprimida e o desenvolvimento regional pudesse ser alcançado.

2.3 Processo de Industrialização e crescimento econômico no Brasil e no Rio de Janeiro

Para tratar do processo de crescimento econômico no Brasil, é importante que a análise remonte ao Plano de Metas, mas também se faz necessária uma contextualização histórica para o entendimento da questão.

Com a crise do café e a Grande Depressão de 1929, ocorreu uma mudança no perfil econômico nacional, cujo eixo principal se deslocou do campo para a indústria, já que, com a crise cafeeira, a elite agrária não teria mais possibilidades de comandar as ações dos governos, abrindo espaço para a industrialização nacional.

Devido à escassez de recursos para a importação de produtos, o Brasil precisou desenvolver ações que promovessem o crescimento do parque industrial nacional, dado o aumento da necessidade de produtos cada vez mais exíguos. Neste momento, surgiu o Programa de Substituição das Importações.

Segundo Vieira (2009), este programa caracteriza-se pela substituição das importações por produtos industrializados nacionais, com a indústria brasileira apresentando um elevado crescimento na participação do valor adicionado da atividade industrial.

Comércio e serviços não apresentaram muita representatividade no valor adicionado no país, o que permaneceu inalterado no período da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial. Já os segmentos industriais e agrícolas apresentaram grandes mudanças, com um substancial aumento do primeiro e uma redução significativa do segundo. No biênio 1928-1929, a participação da indústria era de 22,7%, enquanto no quinquênio 1940-1945, esta soma já estava em 36,1%.

Vieira (2009) afirma ainda que, passado o período de guerra, o mundo almejava agora alcançar o desenvolvimento, fato este que aconteceria de forma muito rápida, com destaque para o processo que ficou conhecido como o milagre alemão.

Foi neste período econômico que surgiram as grandes corporações econômico-financeiras norte-americanas. Assim, mesmo com o papel mais ativo do Estado da economia, os capitalistas enxergavam que o papel de internacionalizar a economia era muito maior do que diferenças ou questões ideológicas.

O Brasil, desde o início da década de 1950, vinha tentando colocar em prática algum tipo de planejamento que pudesse alçar o país a relativo grau de desenvolvimento, e algumas tentativas ocorreram antes desse período, como o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transportes e Educação), no governo do General Eurico Dutra (1946-1951).

Foi logo depois deste período que aconteceu um fato muito importante na formação política nacional, que foi a configuração da comissão mista Brasil – Estados Unidos, que consistiu na qualificação de técnicos brasileiros na área de planejamento.

Foi por meio da criação dessa comissão que a prática de técnicas de análise e de projeto foi permitida no Brasil, além de análise de rentabilidade e criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, posteriormente conhecido como BNDES, tendo o Social sido acrescentado em seu nome.

Porém, segundo Vieira (2009), foi somente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) que o Brasil conheceu, de fato, essa nova fase do capitalismo mundial e o termo desenvolvimento passou a ser utilizado, em detrimento da palavra progresso.

De acordo com Furtado (1981), o governo de Juscelino Kubitschek utilizou o planejamento cunhando a expressão desenvolvimento industrial. Assim, ficava entendido que o governo tinha que promover e estimular o desenvolvimento

industrial e a produção de máquinas e bens de capital, porém, aceitando o capital privado como forma de apoio principal.

A aceitação do capital privado foi importante para o sucesso do projeto, diferentemente do que ocorreu na Era Vargas (1930-1945), quando o setor privado era encarado como inimigo.

O modelo utilizado neste período foi o de crescimento acelerado, em um ritmo muito acima do que é referenciado regularmente, com o objetivo de diminuir a distância entre os níveis de industrialização e renda encontrados no país e em relação aos países considerados industrializados.

Neste cenário, o Estado indica os rumos da Economia e norteia os investimentos, sem aplicar, de fato, recursos nos empreendimentos.

Para Suzigan (2000), existem quatro interpretações principais sobre o desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola-exportadora:

- a Teoria dos Choques Adversos;
- a ótica da industrialização liderada pela sua expansão;
- a interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ou capitalismo tardio);
- a ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo.

A primeira interpretação elencada diz que a industrialização nacional começou com as dificuldades encontradas pelo país na Grande Depressão de 1930.

O segundo pensamento pressupõe a existência de uma linearidade entre a expansão do setor exportador (principalmente café) e a exportação. Assim, quando cresce o setor exportador, cresce também a exportação. Este fato foi interrompido na Grande Depressão, causando dificuldades na industrialização nacional.

A terceira interpretação, que é baseada no capitalismo tardio, propõe que o crescimento industrial deu-se como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Assim, o crescimento industrial ocorreu juntamente com o crescimento do setor exportador devido à acumulação de capital.

A última corrente, que trata do estímulo por parte do governo na ampliação do processo industrial, reconhece o papel do setor exportador na criação de um mercado para produtos industrializados, sendo o governo o responsável por facilitar e estimular o desenvolvimento do setor.

Segundo Simonsen (1975), para o desenvolvimento do Plano de Metas, no período JK, as principais ações encontravam-se no aspecto econômico, implantando um modelo que acelerasse o crescimento e fomentasse o desenvolvimento de indústrias criadoras de bens de capital.

Outras ações trabalhadas pelo Governo Juscelino foram aquelas do plano social, que, com o aumento da oferta de emprego em razão da industrialização, tiveram suas receitas aumentadas e puderam cumprir suas metas no plano social.

Na área política, o governo fortaleceu as instituições democráticas e garantiu a estabilidade, formando o que seria a base de sustentação do Plano.

Depois deste período de sucesso na execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico nacional, o país passou a apresentar problemas para manter o ritmo de crescimento na década de 1960. A instabilidade política percebida após o fim do governo de Juscelino Kubitschek, com a renúncia de Jânio Quadros e a queda de João Goulart devido ao contragolpe militar de 1964, contribuiu para a piora do ambiente de negócios e abalou a economia nacional negativamente.

Segundo Vieira (2009), este período pode ser dividido em duas fases, uma que vai até 1966, com um cenário negativo, com grave crise, e outro, conhecido como o “milagre brasileiro”, em que o país apresentou uma elevada taxa de crescimento econômico.

Para Bacha (1978), o processo de crescimento econômico brasileiro é cíclico, e ocorre paralelamente a mudanças de governo e processos políticos. Nesta vertente, temos o período de “redemocratização” de Dutra (1946-1950), retorno e queda final de Vargas (1951-1954), governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), a turbulência englobada pelo período Quadros, Goulart e Castelo Branco (1961-1967) e, finalmente, os anos de estabilidade política imposta de Costa e Silva e Médici.

Para ele, a experiência de crescimento apresentada pelo governo militar é melhor descrita como uma vigorosa recuperação econômica do que como um milagre econômico. Sua longa duração e as altas taxas de crescimento atingidas são explicadas pelo enorme hiato existente, em 1967, entre o PNB potencial e o efetivo, como resultado do extenso período de crescimento abaixo do potencial desde 1962 até 1967, oriundo de problemas políticos enfrentados pelo país.

Segundo Campos (1975), o Plano Trienal desenhado pelos militares foi um segundo estágio na questão do planejamento brasileiro, iniciado por Juscelino com

seu Plano de Metas. Este plano desenvolveu trabalhos de consolidação dos orçamentos do setor público, de formulação de programas financeiros e legislação básica para setores como o do desenvolvimento rodoviário e o de energia elétrica, e de estímulo ao planejamento setorial dos ministérios individuais mediante o estabelecimento de elementos oficiais de ligação com a Comissão de Planejamento (COPLAN).

Ainda de acordo com Campos (1975), o Plano Trienal pode ser descrito como uma tentativa de elaborar um planejamento de moldura, que adicionava aos planos setoriais alguns elementos de formulação macroeconômica, abrangendo, assim, mais setores e trabalhando suas inter-relações.

Algumas ações tomadas por este plano foram manter a inflação sob controle, para que ela não destruísse o que foi conseguido pelo crescimento econômico e, para tal, foi feito um plano de estabilização de curto prazo.

A agenda de reformas também conseguiu espaço no plano, tratando, dessa forma, de problemas de desequilíbrio regional, algo não trabalhado pelo Plano de Metas de JK. Esse plano basicamente fixava-se em conseguir indústrias que seriam abrigadas no Centro-Sul brasileiro.

Porém, por questões políticas, este planejamento foi utilizado por um período de tempo muito breve, observando que o presidente João Goulart o tratou como instrumento para manter a classe média sob controle, mas, de acordo com as políticas traçadas pelo Plano, este traria medidas impopulares no curto prazo, além de trazer instabilidade política na própria base de sustentação do presidente, pois as medidas ortodoxas ali contidas irritavam a ala mais radical do Partido Trabalhista.

Com a tomada do poder pelos militares, em 1964, era inevitável que a volta do capital externo, privado, fosse a mola propulsora do desenvolvimento nacional, cujas empresas estabelecer-se-iam no Brasil e, com isso, gerariam empregos e renda para a população.

Neste período, Furtado (1983) afirmava que era muito importante que o país buscasse o crescimento econômico por meio da implantação de indústrias multinacionais detentoras do capital e da potencialidade inovativa, mas que era ainda mais importante fazer com que este crescimento não ficasse somente nas mãos das pessoas envolvidas com o processo. Era necessário que os frutos deste trabalho também estivessem voltados para a melhoria do bem-estar social.

Com o novo governo, sob o jugo do presidente Castelo Branco, foi colocado em prática o PAEG – Plano de Ação Econômica Governamental – que, segundo Campos (1975), significou um passo à frente do Plano Trienal. O cenário que este plano desenhou foi o de um quase colapso na máquina governamental, com uma ruptura da disciplina social e burocrática. Por esses motivos, as diretrizes colocadas em prática no período compreendido entre o contragolpe de 31 de março de 1964 e 1966 foram para preparar um programa de ação de emergência para o período 1964/1966, centrado principalmente no combate à inflação e na correção das distorções do sistema de preços, buscando, também, acelerar a modernização da estrutura nacional e iniciar um planejamento de longo prazo.

O PAEG teve como principais pontos uma integração mais apurada das políticas fiscal, creditícia, cambial e salarial, e a principal diferença entre este Programa e o Plano Trienal foi que, dada a deterioração do cenário de planejamento do governo, o PAEG deu mais ênfase à clara definição de políticas básicas do que à definição de metas quantitativas.

Para Campos (1975), os cinco objetivos declarados eram:

- amortecer a taxa inflacionária, com vistas a restaurar-se um razoável equilíbrio até 1966;
- acelerar a taxa de crescimento econômico interrompida no período 1962/1963;
- aliviar desequilíbrios setoriais e regionais e as tensões criadas pela desigualdade social;
- assegurar, mediante uma apropriada política de investimentos, adequadas condições de emprego produtivo, a fim de absorver a mão de obra em expansão;
- restaurar a viabilidade da balança de pagamentos.

Campos (1975) afirma que a verbalização de planejamento fora substituída por uma simples ação governamental, que buscava implantar a ordem em questões que estavam, até outrora, deterioradas.

Este plano buscava estabelecer, no curto prazo, condições para um planejamento mais eficaz, e a longo prazo, desenvolvê-lo e colocá-lo em prática. Enfim, foi uma estratégia colocada a campo pelos militares para que o período de

transição pudesse ser feito com maior tranqüilidade econômica, enquanto os tecnocratas traçavam planos e metas para o Plano Decenal.

Houve, segundo Campos (1975), o Plano Decenal, concebido nos dias finais do governo Castelo Branco. Este plano detalhava questões referentes ao período de 1967 até 1976. Seria uma espécie de plano de perspectiva, no qual se estabeleciam metas e se formulava uma estratégia decenal de desenvolvimento, preparando também um programa quinquenal de investimentos, no qual se incluíam orçamentos de formação de capital em três níveis, que eram os orçamentos regulares, para administração central, os específicos para estados e municípios e projeções estimadas de investimentos das empresas privadas.

Ainda de acordo com Campos (1975), com o término do período Castelo Branco e com a ascensão ao poder de Costa e Silva em 15 de março de 1967, este Plano Decenal não chegou a ser colocado em prática, sendo substituído pelo PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento), com o objetivo de dar maior identidade ao governo recém-empossado, passando uma imagem de maior autonomia do novo líder governamental.

Este plano identificava que o PIB efetivo poderia ser diferente do PIB potencial pela existência de capacidade ociosa, que deveria ser utilizada a fim de que possíveis pressões inflacionárias pudessem ser dissipadas pela maior produção. Os trabalhos deste plano, embora com algumas teorias econômicas equivocadas do ponto de vista técnico, em termos de resultado ocasionaram uma queda na pressão inflacionária, passando de 38,8% em 1966 para 24,3% em 1967, e o crescimento da economia, que passou por uma queda em 1967, apresentou aceleração de 9,3% e 9,0% em 1968 e 1969, respectivamente.

Logo no período seguinte, os governos militares continuaram com a política de planejamento quinquenal, período este que coincidia com o mandato presidencial, e lançaram, segundo Campos (1975), o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que vigoraria entre 1972 e 1974. Este programa tinha como objetivo a inclusão do Brasil no *hall* dos países desenvolvidos até o final do século XX.

Havia, neste plano, uma síntese sobre a integração, que era dividida em duas grandes áreas: a dimensão regional, trabalhada pelo Programa de Integração Nacional, o PIN, e a dimensão social, com o Programa de Integração Social, o PIS e

o PROTERRA. Deste planejamento, Campos (1975) destaca as quatro grandes áreas tratadas como prioridade pelos militares:

- revolução na educação e aceleração do programa de saúde e saneamento;
- revolução na agricultura e no abastecimento;
- aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico;
- fortalecimento do poder de competição da indústria nacional.

Na área econômica, o governo atentou-se em registrar ambiciosas metas, que foram as seguintes:

- crescimento econômico a uma taxa ascendente de, no mínimo, 7 a 9% por ano, em termos reais, evoluindo para 10% ao fim do período;
- expansão crescente do emprego, elevando-se da média de 2,8% para a ordem de 3,3% em 1973.
- inflação decrescente, com vistas a nível não superior a 10% em 1973;
- elevação progressiva do investimento da média de 15 a 16%, para mais de 18%, até 1975 (a preços de 1973).

As metas para criação de empregos, investimentos e crescimento econômico foram superadas, mas, a inflação, com a crise internacional de 1973 ficou além do esperado, estourando a meta.

A partir desse momento, o país tornou-se refém de financiamentos internacionais cada vez mais caros e de difícil acesso, o que estrangulou a economia nacional e propiciou um crescimento acelerado das pressões inflacionárias, deixando-o, novamente, à margem do processo de crescimento econômico vivenciado por outras nações, principalmente da Europa, que neste mesmo período atravessava a Terceira Revolução Industrial.

Segundo Vieira (2009), depois deste processo de estrangulamento atravessado pela economia nacional, o Brasil dos anos de 1980 ficou fora do processo experimentado pelo mundo devido às dificuldades que teve para conseguir modernizar seu parque industrial, perdendo, assim, competitividade e participação no comércio internacional.

Dessa forma, a crise dos anos 1980 pode ser definida por algumas razões, entre as quais se destacam a redução dos investimentos produtivos externos, com o aumento da demanda destes recursos pelos países desenvolvidos, e a redução dos

investimentos financeiros estatais, com o aumento da dívida brasileira e do pagamento de juros, fato que desequilibrou as contas públicas.

Para Bielschowsky (1988), a relação entre o nível de investimento e o crescimento do PIB se faz altamente interdependente, observando que, no auge do período do milagre brasileiro, compreendido entre 1971 e 1980, a média de investimento foi 23,5% do PIB, ocasionando um crescimento médio do Produto Interno Bruto de 8,4%, e, no período de recessão, observado entre 1981 e 1983, o nível de investimento caiu a 19,1% do PIB. Assim, é possível afirmar que não há crescimento sem investimento.

No final da década de 1980, o Estado brasileiro encontrava-se numa situação amplamente desfavorável, com a capacidade de investimento reduzida e com o empresariado brasileiro incapaz de manter todo o processo de crescimento econômico necessário para que o país voltasse a ocupar um lugar de destaque no cenário econômico internacional.

Assim sendo, o pensamento liberal foi o escolhido para manter esse processo ativo, passando o país por um sistema de abertura econômica, que desonerou tarifas de importação. Conforme assegurado por Rossi Júnior e Ferreira (1999), o processo de abertura econômica contribuiu para a melhoria da competitividade da indústria nacional.

Entretanto, em contrapartida, nem todos os empresários estavam dispostos a melhorar sua competitividade, e em algumas regiões onde os industriais sempre foram protegidos pelos benefícios governamentais, o fechamento de postos de trabalho foi algo muito acentuado.

Como forma de demonstrar a real situação da abertura econômica brasileira, é possível verificar a Tabela 1, em que as tarifas de importação de alguns setores da economia são mostradas de forma evolutiva. Assim, é possível perceber como a redução de tarifas foi acentuada na indústria nacional, inserindo no país maior índice de competitividade, pois, com a abertura dos mercados, o industrial precisou melhorar seus processos e atividades para manter-se no mercado. Como consequência desta abertura comercial, uma política de estímulo à exportação soa como absolutamente necessária de forma a transformar o empresariado nacional em empreendedores que visem não somente o mercado interno, mas, também, o mercado internacional, potencializando o crescimento de seus negócios.

Tabela 1 – Tarifas de importação nos principais produtos da indústria, em %

Setores selecionados	1985/88	1989/93	1993/97
Transformação de minerais não metálicos	87,70	18,97	7,18
Metalurgia	65,15	21,33	12,41
Mecânica	58,88	31,59	16,76
Material elétrico e de comunicações	91,73	34,69	18,31
Têxtil	142,03	39,54	15,18
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	166,55	45,31	19,55
Bebidas	159,50	54,66	13,37

Fonte: IBGE, Média da indústria de transformação. Elaborado por Vieira (2009)

Desse modo, a indústria nacional passou a ter necessidade de buscar novos meios de produção e, acima de tudo, elevar os níveis de produtividade dos seus trabalhadores.

De acordo com Vieira (2009), a tentativa do governo Collor de impor uma agenda de viés mais liberal esbarrou em uma oposição de movimentos sociais, o que impediu que sua programação fosse concretizada. Em paralelo, com a incapacidade de controlar a inflação pelo Plano Collor e a incapacidade de investimento que o governo possuía, o modelo não foi muito bem sustentado. O Plano Collor, que aderiu aos preceitos do Consenso de Washington, acabou terminando por meio de um processo de *impeachment*.

Em 1993, assume o presidente Itamar Franco. No mesmo ano, foi nomeado Ministro da Fazenda o então senador Fernando Henrique Cardoso, que capitaneou a montagem da equipe que fez o até hoje mais bem sucedido plano econômico nacional de combate à inflação.

Segundo Cardoso (2006), ele sempre olhou para a economia pelo viés sociológico das questões estruturais, dada a sua formação. Inesperadamente, teve que entrar em cena num momento no qual o desafio a ser enfrentado requeria medidas ortodoxas de política fiscal e de política monetária, sem contar com as negociações com os banqueiros internacionais para pôr fim à desafortunada moratória do governo Sarney, em 1987.

Em 1994, o então Ministro da Fazenda anunciou a criação de mais um plano de estabilização, o Plano Real, que, segundo suas próprias palavras, buscava conter os três principais problemas do Brasil: inflação, inflação e inflação.

Segundo Vieira (2009), este foi um plano que conseguiu atingir o seu objetivo, debelar a inflação a níveis aceitáveis e reinserir a economia nacional em um contexto mundial mais favorável do que antes, e com o avanço no processo de internacionalização da economia brasileira, por meio de inúmeras fusões e incorporações, principalmente com corporações estrangeiras, a dinâmica industrial foi reestruturada e reinserida na conjuntura global de forma mais favorável.

Na década de 1990, o Brasil executou uma política nacional de desestatização, que, segundo Malan (1999), justifica-se não por qualquer razão de natureza político-ideológica, mas pelos mesmos motivos que levavam o governo a propor – e o Congresso Nacional a aprovar – as emendas constitucionais que abriram espaço ao setor privado (nacional e estrangeiro) para participar da absolutamente necessária – para o país e não para o governo – expansão, tanto quantitativa como qualitativa, da infraestrutura brasileira nas áreas de telecomunicações, energia, petróleo, transportes, distribuição de gás, mineração, etc.

A privatização foi justificada pelo governo da época por três ordens de razão: a primeira era aumentar a eficiência da economia como um todo, observando que o setor privado era, na média, melhor gestor do que o setor público por razões conhecidas, que vão de indébitas interferências políticas a lei de licitações, passando por dificuldades em fazer empresas públicas cumprirem obrigações tais como o pagamento de dividendos ao acionista controlador, ou dificuldades em fazer com que não fossem excessivamente magnânimas com seus próprios funcionários e aposentados.

Segundo, porque vender as empresas deficitárias para o setor público tirava do Tesouro a obrigação de constantes aportes para cobrir os déficits da estatais.

E, a terceira, passar para a iniciativa privada aquelas ações que não devem ser desempenhadas pelo Estado deu uma margem maior para que as políticas necessárias fossem executadas.

Em janeiro de 2003, pela primeira vez, um partido oriundo da ala mais esquerdista do espectro político nacional chega ao poder por meio de seu presidente, Luis Inácio Lula da Silva. Recebendo um país institucionalmente organizado, fez com que, segundo Curado (2011), no período compreendido entre 2003 e 2008, o crescimento médio do PIB ficasse na casa de 4,2%, e entre 2007 e 2010, excetuando-se o ano de 2009, a média foi superior aos 5%.

Ainda consoante Curado (2011), existe a questão relativa entre o nível de investimento e o crescimento do PIB. Em 2003, a taxa de investimento era de 16,23% do PIB, chegando a seu ápice em 2008, com 20,1%, com o país surfando na onda da economia internacional em ótimo período. Porém, com o agravamento da crise financeira internacional a partir de 2009, o nível foi caindo para, já em 2010, apresentar apenas 17,85% de investimento, deixando clara a relação entre investimento e crescimento econômico.

Com os programas de transferência de renda direta, nascidos quase concomitantemente ao Plano Real, o presidente Lula conseguiu reduzir também a taxa de extrema pobreza, atingindo o patamar de 7,28% em 2009, contra 11,49% encontrados em 2005, segundo Curado (2011).

Para Almeida (2013), vários países da América Latina voltaram a adotar políticas de incentivos setoriais identificados como industriais. O Brasil não foi exceção e, desde 2004, já adotou três diferentes versões.

Almeida (2013) afirma que a primeira política industrial do governo brasileiro no período recente foi a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, que consistia num plano de ação do governo federal que tinha como objetivo o aumento da eficiência da estrutura produtiva, da capacidade de inovação das empresas brasileiras e a expansão das exportações.

Em 2008, o governo ampliou sua política industrial para vários setores por meio do Desenvolvimento Produtivo, sendo ampliada novamente em 2011 com o estabelecimento de novas metas, mecanismos de proteção comercial e um sistema de compras governamentais com margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais no complexo de saúde, defesa, têxtil e confecção, calçados e tecnologia da informação e comunicação.

Ainda para Almeida (2013), a velha política industrial consiste na criação de vantagens comparativas e promoção de grandes grupos empresariais. A estratégia de industrialização está claramente ligada à formação desses grupos e a um esforço de diversificação no investimento para criar novas vantagens comparativas.

A ligação entre grandes grupos empresariais e industrialização, no caso dos países de industrialização tardia, decorria de dois motivos. Primeiro, a política industrial dos anos 1960 e 1970 tinha como prioridade criar setores intensivos em capital; segundo, os grandes grupos empresariais desses países não eram proprietários de tecnologias modernas e, assim, a vantagem competitiva de tais

grupos vinha da sua expertise de planejamento, administração, controle de logística, exportação, etc.

É importante dizer que, em modelos de industrialização, podem ocorrer alguns problemas sociais e territoriais que impactam na formação espacial regional, sendo a conurbação um grande transtorno.

O processo de conurbação é, de acordo com Freitas (2009), a formação de uma cidade, no sentido geográfico, sobretudo físico, a partir da fusão de áreas urbanas de vários municípios limítrofes, constituindo uma mancha urbana, única e contínua com grandes dimensões, ultrapassando os limites político-administrativos de cada uma das localidades integrantes.

Para Fusco (2005), no momento em que uma sociedade se fixa em um determinado espaço, este irá influenciar diretamente no aspecto dessa ocupação de acordo com as configurações de seu sítio.

Segundo Malan (2009), existem quatro grandes blocos que o Brasil precisa trabalhar para saber onde quer chegar: o Bloco Macroeconômico, o Bloco Não Macro, o Bloco Social e o Bloco das Reformas.

O Bloco Macroeconômico é parte integrante da política que deve ser adotada pelo país, e o autor considera que o regime de metas de inflação, aliado à taxa de câmbio flutuante e, por fim, um rígido regime fiscal. O regime fiscal é representado por uma política econômica sólida e transparente, que possa mostrar ao mundo empresarial que o país vem administrando suas contas de forma efetiva e, cima de tudo, transmitir credibilidade ao mercado.

Na sequência, temos o Bloco Não Macro, que, para Malan (2009), é dividido em três áreas-chave, descritas a seguir.

A primeira é o contexto regulatório, particularmente na área de infraestrutura, cujos domínios os grandes investidores não sabem realmente quais as regras do jogo, o que atrapalha qualquer tentativa de previsibilidade de negócios e, ainda por cima, as agências reguladoras não são blindadas como deveriam ser de ingerências políticas em seus trabalhos, o que novamente traz à tona a palavra credibilidade.

A segunda área-chave é a eficácia das políticas de competição, regulação e supervisão do sistema financeiro, dos fundos de pensão, do mercado segurador e da concorrência em geral. O nome do jogo aqui – e aonde queremos chegar – é eficiência na regulação e não excesso de regulação.

Por último, há uma agenda de temas microeconômicos e institucionais que tem a ver com a eficácia dos sinais dos preços relativos, com a redução de barreiras ao investimento e com o estímulo à capacidade empreendedora dos brasileiros. Aqui está a necessidade de redução das incertezas jurídicas, surpresas, instabilidades institucionais que afetem o clima de negócios, o ânimo empresarial e o cálculo econômico dos agentes.

Para Malan (2009), o Bloco Social é dividido também em três grandes temas: Educação, Saúde e Segurança Pública.

A educação é o tema central. Aqui residiam, residem e residirão nossas grandes deficiências e nossos grandes desafios. É na qualidade dos resultados do processo educacional que está, em última análise, a capacidade de um país adaptar-se continuamente às necessidades de competição internacional e crescer de forma sustentada.

A saúde sempre será fonte inesgotável de demandas sobre recursos públicos escassos. Com a vinculação dos recursos orçamentários ao PIB nominal por preceitos constitucionais, o Brasil não gasta pouco nesta área, mas essa é a sensação da população. Por isso, o discurso e a prática deveriam ser a eficiência, a qualidade do gasto, o combate sem tréguas ao desperdício, à fraude, à corrupção e à demagogia no trato do tema.

A segurança pública é hoje uma das maiores preocupações dos brasileiros que vivem nas grandes metrópoles. Candidatos que tenham capacidade de sinalizar um caminho que faça sentido à parcela crescente das populações urbanas angustiadas com o tema teriam uma vantagem não desprezível sobre outros, segundo Malan (1999).

Por fim, Malan (2009) apresenta o Bloco das Reformas e entende a dificuldade que o país tem de avançar nessa discussão em cenários pré-eleitorais e de crise, mas também afirma que relegar a um plano secundário o debate público sobre os temas críticos é um problema grave.

Atualmente, o Brasil é um país que se preocupa, simplesmente, em não passar por um processo de retrocesso, o que é muito pouco para uma nação que tem confiança em seu próprio futuro.

Para Bacha (2009), o crescimento da demanda interna e o desarranjo das políticas econômicas e fiscais fizeram com que fosse necessária a criação de uma linha de defesa para evitar que a crise do final da década de 2000 atingisse o país

profundamente. O aumento da demanda em detrimento ao aumento da produção resultou na redução do saldo da Balança Comercial. Este fato só foi mitigado devido ao fato das *commodities* exportadas pelo país estarem em pleno *boom* de crescimento.

Ainda segundo Bacha (2009), quando a situação externa mudou, as *commodities* caíram de preço e a liquidez internacional cessou, promovendo impactos no câmbio, com uma forte desvalorização, no mercado de capitais, com a queda na bolsa, e no crédito, com a diminuição das exportações, reduzindo a quantidade de crédito ofertado pelos bancos, com balanços prejudicados pela crise.

Com esse panorama, o Brasil utilizou-se de políticas creditícias, expandindo seu crédito como forma de compensar a queda no mercado interno, o que mais à frente poderia acarretar a volta da inflação e o comprometimento da saúde financeira dos bancos públicos, usados como instrumentos da expansão do crédito. Tal expansão facilita a resposta do governo à falta de estímulo econômico internacional, garantindo que o ciclo de produção e consumo não se esgote.

O governo, entretanto, deve ter em mente que esta atividade deve ser implementada para depois ser retirada do mercado de forma rápida pois, com a expansão ou manutenção desta política por um longo prazo, criar-se-á um problema no balanço de pagamentos. Por fim, a depreciação cambial no curto prazo impacta nos custos de produção, o que pode ser um complicador na administração da crise.

Segundo Fraga Neto (2009), o governo que comandou o Brasil à época da crise financeira internacional respondeu à crise de confiança ligada à sua própria chegada ao poder com uma notável dose de pragmatismo: manteve o tripé da responsabilidade fiscal, metas para a inflação e o câmbio flutuante.

Essa resposta trouxe resultados rápidos, que foram reforçados por uma fase de extraordinário crescimento global. Fraga Neto (2009) considera que, para o Brasil, no momento da crise internacional, seria recomendável uma postura mais conservadora na expansão fiscal e creditícia, de forma a minimizar riscos em um cenário de aprofundamento da crise internacional e possibilitar uma queda na taxa de juros doméstica.

Este progresso será ainda mais impressionante e provável se o executivo e o legislativo tiverem a visão e a coragem de abordar de forma definitiva os desequilíbrios de longo prazo do nosso regime fiscal, em especial os da previdência e do inchaço da máquina pública.

Para fins de crescimento, este período foi produtivo para a economia nacional, pois a expansão do consumo das famílias foi a mola propulsora desse acontecimento.

Para que uma região obtenha crescimento econômico, é necessário que ela veja como parte fundamental deste processo a concentração espacial industrial. Observando que muitos teóricos entendem que a industrialização é um processo indispensável para o desenvolvimento regional, as causas desta concentração devem ser estudadas para que tal processo possa ser compreendido.

Somente após este estudo, as causas e efeitos da concentração industrial poderiam ser melhor trabalhadas e orientadas para promover a diminuição dos desequilíbrios regionais.

Para Labini (1988), existem três conceitos de concentração para a indústria:

- concentração técnica, que se refere ao tamanho das plantas industriais;
- concentração econômica, que diz respeito ao tamanho das empresas; e
- concentração financeira, relativo à composição do capital dessas organizações.

É importante salientar que Labini trabalha o conceito de concentração referindo-se à produção, que corresponde, em geral, ao conceito de concentração técnica.

Para Perroux (1967), a questão dos polos de crescimento é de fundamental importância para que os desníveis e o desenvolvimento regional sejam medidos e analisados.

Assim, é possível afirmar que o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; ele acontece com intensidades variáveis em pontos ou polos de crescimento, espalhando-se pela região por meios diferentes e com intensidades absolutamente alternáveis, tendo um impacto que pode ser diferenciado no conjunto da economia.

Ainda segundo Perroux (1973), os espaços econômicos são atores fundamentais do processo de desenvolvimento econômico, sendo subdivididos em três grupos: Região Homogênea, Região Polarizada e Região Piloto. Para o autor, uma região homogênea é aquela que corresponde a um espaço contínuo, apresentando características tão semelhantes quanto possível umas das outras.

Como exemplo dessa prática, é possível analisar as regiões do Brasil. Quando olhado como um todo, o país possui algumas regiões ricas, como o Sul e o

Sudeste, e algumas regiões com problemas graves de crescimento e desenvolvimento econômico, como o Nordeste e algumas áreas do Norte.

Dessa forma, do ponto de vista econômico, seria fácil analisar que o país pode ser dividido em quatro grandes regiões, separadas cada duas delas em grupos situados em polos opostos de riqueza e geração de renda. Porém, não seria correto, do ponto de vista do analista, dizer que todos os problemas da região rica seriam resolvidos com a geração de renda lá existente, e que todos os problemas da região pobre advêm da baixa geração de renda nela encontrada. Esta análise é primária e descarta totalmente a aplicação do princípio da interdependência entre elas.

O segundo conceito trabalhado por Perroux (1967) é o de Região Polarizada, que aborda a questão da interdependência entre a cidade polarizada e as localidades que a circundam. Este conceito advém da observação das trocas comerciais realizadas pelos participantes da análise.

As regiões polarizadas não são uniformes e, no Brasil, é possível tomar como exemplo a região metropolitana de São Paulo. Em uma definição conceitual, é possível afirmar que uma região polarizada é um espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares, e mantêm entre si, e particularmente com o polo dominante, um intercâmbio maior do que aquele que é realizado entre a região e as outras áreas vizinhas.

Assim como existem hierarquizações em outros temas, neste conceito de interdependência regional também ocorre esse tipo de processo, que pode ser classificado como nacional, regional e local.

O intercâmbio nacional é aquele que acontece em todo o espaço territorial nacional; o intercâmbio regional é aquele que se esgota na própria região consumidora e produtora; o intercâmbio local é aquele que tem como objetivo suprir as necessidades das localidades mais próximas e que dispõem de necessidades mais básicas, podendo oferecer também produtos de alta especialização.

Por fim, Perroux (1967) define a terceira região, chamada de piloto. As regiões piloto são aquelas que possuem uma interconexão bastante elevada e são constituídas e representadas por uma instituição que é encarregada de tomar todas as decisões com o intuito de promover o crescimento e o desenvolvimento da localidade, tal como uma filial depende das ordens de uma matriz. Dessa forma, este programa de delegação de um processo decisório pode contribuir para o

desenvolvimento de políticas semelhantes, que possam concorrer para a promoção da melhoria da qualidade de vida da população ali instalada.

Com a crescente integração local e regional, que vem ocorrendo desde o início desta nova fase de industrialização, a questão dos movimentos pendulares passa a ter grande relevância.

Para Moura (2005), as discussões sobre as cidades têm mudado com muita rapidez no início do século XXI devido à acelerada evolução que as áreas urbanas vêm enfrentando, mudando o seu perfil populacional, econômico e social.

Para um estudo eficiente em geografia urbana, a identificação de áreas de influência ou de regiões funcionais, que seriam as responsáveis pela atratividade da população de outras localidades, e que se juntariam na formação de uma determinada área de influência, soa como fundamental.

Assim, a autora complementa o tema concluindo que espaço geográfico é aquele definido, principalmente, pelos espaços que são traçados pelos trabalhadores, diariamente, no trajeto de casa para o trabalho, constituindo, desta forma, o conceito citado.

Uma dessas discussões que vêm ocorrendo de forma sistemática no planejamento econômico e social nacional é aquela que trata de temas como as cidades-dormitório.

Para Ojima (2010), o conceito de cidades-dormitório sempre foi um termo pejorativo, que identificava aquelas cidades que não podiam contribuir de forma satisfatória para a melhoria da qualidade de vida da população. Ou seja, resumiriam aquelas cidades que não apresentam um nível alto de desenvolvimento econômico ou social.

Cidades-dormitório são aquelas que são dependentes de um polo econômico local, aquela determinada localidade onde a sua população concentra a capacidade de geração de renda, aonde vai efetivamente buscar os empregos. Por mais que a questão tenha sido amplamente discutida, em nenhum momento os construtores de ideia foram capazes de determinar uma melhor definição conceitual para o termo.

No Brasil, este conceito passa a ser visto como sinônimo de marginalidade do crescimento, assimilado geralmente à pobreza das regiões à qual a cidade pertence. Porém, no exterior, tal conceito tem uma carga menos pejorativa e lida com a questão dos processos de suburbanização das classes médias.

Existem, segundo Ojima (2010), dois tipos de migração pendular, como é caracterizada a cidade-dormitório. Uma é composta por aquelas localidades que possuem um estilo de vida bucólico, porém, com grande capacidade de geração de renda, com pessoas com um padrão de vida bastante elevado e que podem propiciar aos seus um deslocamento em busca de melhores condições de formação intelectual ou até mesmo de melhores postos de trabalho.

A segunda formação de movimento pendular é aquela composta por regiões que realmente não dispõem de uma possibilidade de melhoria de qualidade de vida para seus habitantes, sendo necessário o deslocamento para outras localidades em busca de uma melhor formação, ou ainda, da busca de postos de trabalho para que o provento básico próprio ou de sua família seja conseguido.

De acordo com o modelo centro-periferia, é possível afirmar que regiões que apresentam um baixo crescimento econômico, aliado ao baixo nível de dinamismo empresarial e financeiro, com um elevado crescimento populacional e constituídas por áreas habitadas por pessoas que se alojam em localidades que não dispõem de infraestrutura adequada, sejam conhecidas como cidades-dormitório.

Segundo este princípio, o processo de conurbação é consequente, pois com o crescimento populacional elevado e a falta de planejamento do espaço geográfico, as regiões atingem um crescimento desproporcional, propiciando eventos negativos para a localidade.

Pelo lado da literatura internacional, o conceito de cidades-dormitório está intimamente ligado àquele processo em que as pessoas, por opção, residem em uma área periférica às grandes cidades em busca de uma melhor qualidade de vida, realizando, assim, movimentos pendulares para o desempenho de suas atividades cotidianas; entretanto, este processo fica concentrado nas camadas de alta renda da população e em sociedades desenvolvidas, como a norte-americana.

Schnore (1957) aponta para o fato de que o termo subúrbio é uma comunidade formalmente constituída, sendo um município ou não, podendo estender-se por outras territorialidades, sendo contígua e dependente de uma grande cidade ou polo econômico.

Schnore (1957) ainda faz uma distinção sobre o subúrbio e as cidades-satélite quando as principais características de cada uma são analisadas. As cidades-satélite seriam aquelas compostas por outras que oferecem emprego tanto para sua

população como para uma pequena parcela de pessoas residentes em outros municípios, caracterizados como subúrbios de produção.

Por outro lado, as cidades que se restringem a fornecer apenas moradias para quem trabalha em outras cidades são denominadas cidades-dormitório. Assim, estas são apenas pontos de hospedagem para aqueles que vão desempenhar suas atividades laborais em outras localidades, sendo dependentes exclusivamente das atividades econômicas desenvolvidas na cidade-polo, que seriam, portanto, meramente receptoras da força de trabalho oriunda das cidades dependentes.

Este processo de cidades-dormitório pode ser observado em alguns municípios da microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, especialmente naqueles que fornecem mão de obra para o polo automobilístico.

Para Oliveira (2003), a região do polo automobilístico foi constituída depois de intensas e duras negociações entre o município de Resende e seu então distrito, Porto Real.

Havia, segundo o autor, um projeto de emancipação do distrito na ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) desde o ano de 1994; contudo, não existia a intensa vontade política para fazê-lo, e Resende, em negociações com a Volkswagen para a implantação de uma fábrica de ônibus e caminhões, fazia todo o possível para que o trâmite do processo corresse o mais lentamente possível a fim de que tivesse tranquilidade para negociar os pontos da emancipação de forma vantajosa.

Já para a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, Ferreira (2012) diz que o posicionamento privilegiado, situado a 120 quilômetros do Rio de Janeiro e 350 quilômetros de São Paulo, foi um dos principais fatores que influenciaram na instalação da companhia. O nível salarial, menor que o da capital e o acesso à Estrada de Ferro Central do Brasil foram fatores fundamentais para a escolha.

Para Myrdal (1972), existem dois tipos de países ou regiões. O primeiro é composto por aqueles que possuem, dentro de seus territórios, estruturas físicas que permitem que todos tenham oportunidades para desempenhar o que melhor lhes é pedido, seja no campo dos estudos ou do trabalho.

Já o segundo grupo de países, normalmente composto por localidades mais pobres, não possuem oportunidades para que todos possam desenvolver-se e, além disso, têm formas de relações políticas e sociais mais primitivas, lidando ainda com oligarquias e com processos ditatoriais.

Nesses países ou regiões fica muito claro que a necessidade de um maior processo de integração econômica é uma importante mola propulsora da sociedade, que estimula a mobilidade social e a maior produtividade econômica, sendo de fundamental importância para que a sociedade possa alcançar um alto nível de desenvolvimento.

Outro ponto importante a ser analisado, ainda segundo Myrdal (1972), é a questão das trocas comerciais. Elas, num primeiro momento, tendem a priorizar sempre aquelas localidades que já possuem relativo nível de desenvolvimento e têm seu parque industrial estabelecido e desenvolvido, podendo, assim, exportar seus produtos a preços mais baixos do que a indústria nacional dos países periféricos conseguem produzir.

Este fato resulta num processo de desindustrialização na periferia e, cada vez mais, aumenta o processo de dependência de capitais e produtos externos.

Economia Imperial até a Grande Depressão – Economia basicamente agrária e voltada para a exportação de produtos primários.	1822-1929
Crescimento acelerado da industrialização nacional devido à mudança do perfil econômico nacional, com a substituição da importação de produtos importados por industrializados nacionais.	1930-1945
Aceleração do processo de desenvolvimento industrial nacional, por meio dos primeiros processos de planejamento desempenhados na economia nacional, com grande aceitação do capital privado, nacional e internacional.	1950-1980
Estrangulamento da economia nacional devido à instabilidade política e às mudanças ocorridas no âmbito global não acompanhados pelo país.	1980-1990
Reinserção da economia nacional com o fim da moratória do final da década de 1980 com o país transformando-se, novamente, em um local atrativo para investimentos estrangeiros diretos. Ausência de uma política clara de desenvolvimento industrial tendo sido experimentadas várias linhas de pensamento sem hegemonia de uma linha definida.	1990-2010

Quadro 2 – Cronologia histórica da industrialização e desenvolvimento

2.4 Indicadores de Desenvolvimento Regional

Segundo Vieira (2009), a busca pela industrialização está intimamente ligada ao processo de crescimento econômico de uma nação. Os países que participaram

da Primeira e da Segunda Revolução Industrial estiveram na vanguarda do sistema capitalista. No Brasil, a indústria chegou de forma atrasada, ficando o país à margem do processo industrial por ainda estar incompleto e também pela falta de dinâmica dos bens de capital encontrada na economia nacional.

Ainda segundo Vieira (2009), o aumento da renda *per capita*, na maioria das vezes associado ao nível de industrialização da região, é apontado como única variável da política econômica desenvolvimentista.

De acordo com o pensamento da CEPAL, que trata a problemática da industrialização nacional como sendo uma situação de industrialização periférica, Mello (1991) afirma que o problema da industrialização e, conseqüentemente, do crescimento, reside no fato de que há uma antinomia entre a plena constituição de Nação e certa divisão internacional do trabalho que a havia convertido em Periferia.

Mello (1991) quer dizer que, numa economia que era comandada por decisões tomadas no Centro porque sua dinâmica estava presa à demanda externa, as economias periféricas, enquanto dependentes, são meros prolongamentos do espaço econômico das economias centrais e não poderiam se considerar economias nacionais.

O cenário econômico mundial dividia-se, até 1930, em dois grandes blocos, sendo eles formados de um lado pelos países que já haviam alcançado um nível satisfatório de desenvolvimento e industrialização, ou seja, nações desenvolvidas, e de outro lado pelos países que ainda não possuíam um nível de industrialização elevado, ou seja, subdesenvolvidos.

Porém, o cenário econômico a partir deste momento histórico sofreu uma mudança brusca com a depressão do sistema capitalista, ocorrida em 1929, o que obrigou os países a adotarem uma política econômica de substituição de importações, estimulando, dessa forma, a criação e o desenvolvimento industrial nos países da periferia.

Segundo Bresser (1977), o Brasil passou por um período de industrialização subdesenvolvida, posteriormente à Segunda Guerra Mundial, já que o processo de crescimento econômico foi bastante restritivo no que diz respeito à quantidade de pessoas envolvidas no processo, ou seja, houve um aumento da capacidade de geração de renda nacional, porém, o processo de distribuição de renda não foi eficaz, o que pode ter aprofundado as diferenças sociais.

Segundo Rostow (1974), a concentração de renda consiste em uma etapa que torna possível o alcance do desenvolvimento. Pois, para Rostow (1974), os empresários não se restringirão a absorver os lucros auferidos em suas empresas e reaplicarão seus ganhos, propiciando, assim, um aumento do processo de crescimento econômico.

Graças a isso, a melhoria da qualidade de vida da população pode ocorrer devido ao acesso a novos produtos oriundos do aumento da renda e, assim, o país ou região pode alcançar um nível satisfatório de desenvolvimento.

Consoante Clemente (2000), a teoria do crescimento regional explica o processo de crescimento econômico baseado na exportação de um produto de elevada cotação no comércio regional ou internacional, chamado de *staple product* ou *staple export*. Fatores como solo, clima, jazidas minerais e recursos florestais permitem a exportação altamente rentável de um *staple*, com criação de renda e demanda na região.

Essa teoria afirma que, no início, a demanda interna é totalmente atendida por importações de bens de consumo, mas aos poucos a dimensão do mercado passa a justificar mais e mais produção regional dos produtos importados, desenvolvendo-se um processo de substituição de importações.

Quando o desenvolvimento da produção de bens de consumo é feito, torna-se possível, a partir do capital local, a criação de bens intermediários e de capital, consolidando-se o mercado interno. Nessa fase, o *staple*, que foi o produto que constituía a plataforma de importações, torna-se dispensável.

Ainda para Clemente (2000), outra versão desta teoria relativiza a importância do *staple product*, que é aquele único produto exportado por uma região e que possui elevada cotação, como condição inicial necessária, afirmando que os fatores que colocam em marcha o processo de desenvolvimento podem ser vários e pouco importantes isoladamente. A condição inicial necessária é apenas o surgimento de renda e demanda no interior da região em escala suficiente para que se torne viável a substituição de importações.

O incentivo à atividade econômica é um mecanismo que o governo central pode utilizar para promover o processo de desenvolvimento em todo o território ou em algum setor estrategicamente escolhido para receber incentivos.

Outro passo importante que pode ser ofertado pelo governo com o intuito de melhorar a competitividade da indústria nacional é a desoneração fiscal. Segundo

Ponciano *et al.* (2003), as atividades economicamente mais competitivas deveriam receber os maiores incentivos do governo.

O governo precisa analisar se determinado setor tem uma participação elevada no mercado internacional; variações em sua oferta influenciam a formação de seus preços. Dessa forma, esse país é um *price maker* no setor. Na situação inversa, o país é um *price taker*, já que o preço é definido pelo comportamento da oferta e da demanda no mercado externo.

Nos mercados em que o país atua como *price maker*, o ganho de rentabilidade devido à desobrigação fiscal tende a ser passado para o consumidor externo, o que torna essa atividade mais competitiva.

É preciso que se faça uma diferenciação entre desoneração fiscal e incentivos fiscais. Segundo a Secretaria de Fazenda do Mato Grosso – SEFAZ MT (2014), desoneração é a redução da carga tributária com conseqüente renúncia de arrecadação, e atinge todos em um determinado segmento. Ela é a redução da carga tributária concedida em caráter geral e pode ser gozada por todos aqueles que se encontram na situação descrita pela lei, independentemente de requerimento junto ao governo. É uma medida automática que beneficia toda uma cadeia.

Já em relação aos benefícios e incentivos fiscais, estes são empregados de forma individual, caso o interessado preencha os requisitos necessários previstos em lei ou em contrato para a concessão do benefício.

Outro mecanismo que os governos podem utilizar para a melhoria da qualidade de vida da população é a instituição de um salário mínimo para os trabalhadores.

Segundo Sabóia (2007), o salário mínimo no Brasil tem importância significativa para a redução das desigualdades sociais, pois é também o piso oficial da Previdência Social e da Assistência Social, além de servir como parâmetro para o Benefício de Prestação Continuada, chegando, também, àqueles que não estão mais no mercado de trabalho.

Embora o salário mínimo tenha influenciado positivamente a melhoria dos indicadores de desigualdade social, não existem dados consistentes que consigam medir, de forma eficaz, o real impacto desta política na melhoria da qualidade de vida da população, pois ainda existem milhões de trabalhadores no país que recebem vencimentos menores do que o salário mínimo oficial.

Segundo a PNAD, em 2005, 58% dos aposentados e 60% dos pensionistas recebiam um salário mínimo, percentual este bem mais elevado que o de 1995, quando os números eram 49% e 52% respectivamente.

Sobre os Programas Oficiais de Transferência de Renda Direta, Sabóia (2007) afirma que, no caso do Benefício de Prestação Continuada, o salário mínimo tem papel fundamental, pois o valor do referido benefício é idêntico ao do piso do salário no país.

Os programas de transferência de renda direta vêm crescendo de forma rápida e sustentada no país, observando que, em 1995, 2,8 milhões de pessoas afirmaram ter recebido algum tipo de benefício direto do governo, e em 2005, este número já havia saltado para 9,3 milhões de pessoas. Nestes programas estão inclusos Vale-Gás, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

Segundo Afonso *et al.* (2011), é possível afirmar que a política de aumentos reais do valor do salário mínimo tem dois objetivos fundamentais: o primeiro seria atacar o problema representado pela pobreza extrema, com um aumento real do salário mínimo, propiciando aos que o recebem a saída deste extrato social. O segundo objetivo seria a diminuição do grau de desigualdade na distribuição de renda da população. Portanto, os aumentos sucessivos do salário mínimo encontram-se no rol das políticas redistributivas, que são pautadas pela busca de uma maior equidade dos valores.

Na parte tributária dessa política, podem ser encontradas questões como tributos com alíquotas progressivas. Já na parte dos dispêndios, podem ser empregadas as ações dos programas de transferência de renda direta para as famílias. O objetivo dessas políticas seria a melhoria da qualidade de vida da população e a promoção do desenvolvimento.

Na busca pela quantificação do desenvolvimento, foram elaborados alguns indicadores como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), medido pela Organização das Nações Unidas, e o IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal), medido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo a FIRJAN (2014), elaboradora do IFDM, a metodologia utilizada para confecção deste indicador tem alguns objetivos, e suas características principais seriam:

- acompanhar as três principais áreas de desenvolvimento (Educação, Saúde e Emprego & Renda);

- possuir periodicidade anual, recorte municipal e cobertura nacional dos 5.565 municípios brasileiros;
- utilizar-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais;
- permitir comparações absolutas e relativas, identificando se a melhora ocorrida em determinado município decorreu da adoção de políticas específicas ou apenas da queda ou ascensão dos demais municípios no ranking;
- possuir fácil leitura.

O índice varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da cidade. Além disso, para maior praticidade na análise dos resultados, foram definidas as seguintes classificações:

- Municípios com IFDM entre 0 e 0,4 – Baixo Desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 – Desenvolvimento Regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 – Desenvolvimento Moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1 – Alto desenvolvimento.

Segundo o Atlas Brasil (2014), o Índice de Desenvolvimento Humano, indicador medido pelas Nações Unidas, possui uma graduação que varia de 0 (zero) para baixo desenvolvimento, até 1 (um), considerado o nível mais alto de desenvolvimento.

A classificação dos valores registrados para as regiões analisadas são as seguintes: de 0 até 0,499 é considerado muito baixo; entre 0,500 e 0,599, baixo; o grupo situado entre 0,600 e 0,699 é identificado como médio; aqueles que apresentam números entre 0,700 e 0,799 são classificados com um nível alto de desenvolvimento; por fim, os que obtêm números entre 0,800 e 1 possuem um desenvolvimento muito alto.

Com o objetivo de entender o papel deste indicador no cenário político e econômico internacional, é necessário fazer uma análise histórica da criação das Nações Unidas, em 1945.

Segundo Seitenfus (2000), uma organização internacional é uma associação voluntária de Estados constituída por meio de um Tratado, tendo sempre como objetivo a busca de interesses comuns por meio da cooperação entre seus membros de maneira permanente. Ou seja, instituições são fóruns ou organizações internacionais em que se podem discutir problemas, buscar soluções para conflitos,

e, conforme Seitenfus (2000), podem ter três características: Multilateralismo, quando três ou mais países trabalham juntos para atingir um fim comum; Permanência, criação com o objetivo de durar indefinidamente; e Institucionalização, que consiste na criação de espaço institucional para solucionar conflitos e para o relacionamento entre os Estados.

De acordo com Jolly (2004), o aumento da preocupação mundial em relação ao desenvolvimento na segunda metade do século XX, resultou em três desafios: a reconstrução da Europa após 1945; o desenvolvimento de países socialistas e a Guerra Fria; e as prioridades de desenvolvimento dos países do Sul.

Nesse caso, os países que haviam recentemente alcançado a independência consideravam o desenvolvimento como seu principal desafio e pressionavam, principalmente no âmbito das Nações Unidas, para que esta questão entrasse na agenda internacional.

O entendimento das Nações Unidas sobre o desenvolvimento foi influenciado na América Latina pelos trabalhos de Raul Prebisch, que comandava a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). O pensamento predominante na época ficava baseado na apropriação tecnológica dos processos de trocas entre os países.

Jolly (2004) afirma que Prebisch entendia que, em um cenário de trocas entre países do centro e da periferia, os países da periferia seriam beneficiados, pois conseguiriam, além de mercados para exportar suas modestas produções de âmbito primário, evoluir seu parque produtivo, absorvendo as tecnologias necessárias para promover, por si só, sua evolução tecnológica.

Porém, o que aconteceu foi exatamente o oposto. Conforme esta prática foi se acentuando entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, a distância entre ambos foi aumentando, o que contrariava o pensamento de então. Os países mais pobres foram incapazes de absorver as evoluções tecnológicas dos produtos oriundos de manufaturas e, cada vez mais, os manufatureiros demandavam uma quantidade menor de produtos primários.

Conforme Smith (2012), não se come mais do que cabe no estômago, então, a demanda por produtos primários vai esvaindo-se com o tempo, dado o surgimento de novas práticas produtivas, mais econômicas e que demandam uma menor quantidade de insumos.

Índice de Desenvolvimento Humano: medido por meio de médias encontradas nas localidades analisadas	ONU
Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: medido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; é mais completo e elaborado do que a medição da ONU	FIRJAN

Quadro 3 – Indicadores de desenvolvimento

3 MÉTODO

3.1 Tipo de pesquisa

A metodologia pode ser descrita como o trajeto percorrido desde a elaboração do pré-projeto de pesquisa até os procedimentos finais de apresentação e defesa perante a Banca. Além desse ponto, esta pesquisa também possui a abordagem analítica de conteúdo, lançando mão de deduções para que possa propiciar ao leitor, ou a um analista documental, ferramentas que o tornem aptos ao bom entendimento necessário ao analisar os documentos trabalhados.

Esta é uma pesquisa realizada com a abordagem qualitativa e é constituída por informações obtidas por meio da análise documental, além da pesquisa bibliográfica. Parte-se do princípio que a pesquisa é exploratória pelo fato da mesma propiciar um melhor entendimento ao problema levantado.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o levantamento de dados, que é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).

Ainda de acordo com os autores, a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias, sendo consultadas no momento em que o fato ou o fenômeno ocorre, ou depois. É evidente que dados secundários, obtidos de livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses cuja autoria é conhecida, não se confundem com documentos, isto é, dados de fontes primárias e, para afirmação de determinadas questões, são utilizadas informações estatísticas que compõem a memória de dados de qualquer sociedade.

O uso de fontes estatísticas compõe parte fundamental da elaboração do banco de dados de análise deste trabalho, e segundo Marconi e Lakatos (2003), alguns destes dados podem ser coletados por vários órgãos oficiais e particulares, entre eles: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), Departamentos Municipais e Estaduais de estatística. Os dados coletados podem ser os mais diversos, como fatores econômicos, sociais e populacionais, entre outros.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), abrange toda a bibliografia que já foi tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses, material cartográfico, etc., e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos de alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, pois propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões que poderão tomar diferentes formas, de acordo com o entendimento de cada leitor.

3.2 Delimitações da dissertação

O objeto do estudo desta dissertação é uma investigação a respeito do processo de industrialização ocorrido nas cidades de Barra Mansa, Porto Real, Resende e Volta Redonda, verificando seus impactos na melhoria ou não da qualidade de vida da população.

Estes quatro municípios foram os escolhidos para a análise devido ao fato de concentrarem os principais movimentos industriais regionais, com a chegada de indústrias montadoras, e a existência, em outros, de plantas industriais da área de siderurgia que capitanearam, no passado, o processo.

A delimitação temporal escolhida compreendeu os anos de 2000 a 2010, que embasaram os critérios de publicação das maiores pesquisas de indicadores de qualidade de vida e dados censitários, que constituem uma importante fonte de pesquisa para as informações contidas neste trabalho.

3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

Prioritariamente, os instrumentos utilizados para a realização deste estudo foram revistas, livros, artigos, dados estatísticos, documentos oficiais e *websites*. Toda esta base documental foi localizada em parte por meio físicos, e outros por

materiais virtuais, com o acesso a *websites* na rede mundial de computadores, a internet.

Com o objetivo de entender melhor a situação dos municípios, foi necessário dividir os grupos de análise em dois tipos, os indicadores econômicos e os sociais.

Pelos indicadores econômicos, as informações foram coletadas no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio das análises das Balanças Comerciais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com suas medições do Produto Interno Bruto (PIB) e todas as suas subdivisões, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Nos indicadores sociais, o Ministério da Educação, por consultas ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), assim como de órgãos de pesquisa vinculados a outros entes governamentais, como a CEPERJ, vinculada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O acesso aos dados coletados por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), foi realizado por meio de consultas ao Atlas Brasil e ao Portal Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), por meio da confecção do seu indicador de qualidade de vida, o IFDM, contribuiu para a execução deste trabalho, assim como o IBGE quando da realização de pesquisas censitárias que medem as variantes populacionais.

Esta pesquisa foi desenvolvida em duas etapas distintas, sendo a primeira delas uma etapa de elaboração conceitual por meio de revisão de literatura, com materiais encontrados em livros, artigos, dissertações e teses. Em um segundo momento, informações foram coletadas de órgãos de pesquisa com o objetivo de cruzá-las com os conceitos apresentados e conseguir, por fim, elaborar um diagnóstico da situação encontrada nos municípios analisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Apresentando e discutindo o Médio Vale do Paraíba Fluminense

A microrregião do Médio Vale do Paraíba Fluminense, situada junto à mesorregião do Sul Fluminense, é formada por 9 (nove) municípios, que são: Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda. Depois da Região Metropolitana, é a região mais industrializada do Estado do Rio de Janeiro, destacando-se o eixo Volta Redonda – Barra Mansa – Resende. Neste cenário, Barra Mansa e Volta Redonda exercem grande influência sobre o restante, em grande parte devido à localização da CSN em Volta Redonda.

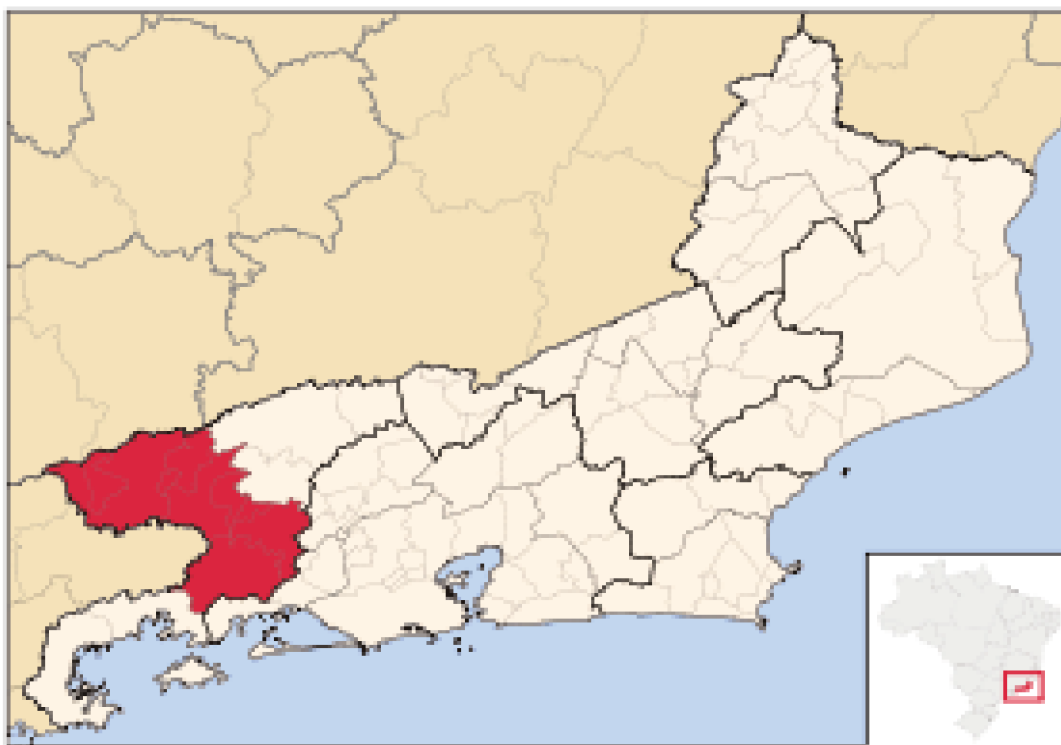


Figura 1 – Mapa do Médio Vale do Paraíba Fluminense
Fonte: Wikimedia (2014)

A região possui localização privilegiada, fazendo divisas com microrregiões no estado de Minas Gerais, Andrelândia e São Lourenço, e no estado de São Paulo, com as microrregiões de Bananal e Guaratinguetá.

O Médio Vale do Paraíba Fluminense é banhado pela Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, que é um rio resultante da confluência, próxima ao município de Paraibuna, dos rios Paraibuna e Paraitinga. O Paraíba do Sul é formado pela bacia hidrográfica do Rio Preto, que tem em seu curso alguns municípios fluminenses e outros situados no estado de Minas Gerais, e pela bacia do Rio Paraíba do Sul, que recebe outros afluentes na região, como o Rio Barra Mansa e o Rio Bananal.

O município de Resende, juntamente com Porto Real, apresenta um polo automotivo, além de indústrias de vidro e galvanização.

Para complemento das ações fabris das montadoras, toda uma cadeia de fornecedores instalou-se nos arredores, de acordo com o princípio da concentração espacial da indústria, seguindo a ideia de que quanto mais as indústrias se instalam nas proximidades, melhores são seus processos e maiores serão seus lucros, pois terão dispêndios menores no transporte de seus insumos e também aumentarão sua capacidade de serem responsivas ao mercado ou a alguns de seus pedidos ou processos.

Na região analisada, a conurbação ocorre de forma mais intensa entre as cidades de Barra Mansa e Volta Redonda que, segundo Alves e Chaveiro (2007), significa uma extensa área urbana decorrente do encontro ou junção de duas ou mais cidades.

Normalmente, este processo dá origem à formação de regiões metropolitanas. Existem também aquelas zonas de conurbação oriundas da fusão entre áreas geográficas urbanas.

Para Freitas (2009), o processo de conurbação é a formação de uma cidade, no sentido geográfico, sobretudo físico, a partir da fusão de áreas urbanas de vários municípios limítrofes, constituindo uma mancha urbana única e contínua com grandes dimensões, ultrapassando os limites político-administrativos de cada uma das localidades integrantes.

Para Fusco (2005), no momento em que uma sociedade se fixa num determinado espaço, este irá influenciar diretamente no aspecto desta ocupação de acordo com as configurações de seu sítio.

Um terreno formado por uma cadeia de montanhas e serras irá possuir ocupações com características e motivações diferenciadas de uma ocupação localizada numa área de restingas. Assim, com as características físicas atreladas

às características humanas daquela região, pode-se criar um perfil local e regional que acaba sendo tratado como natural pelos atores do processo.

O processo de conurbação é recorrente na região e ocorre entre as cidades de Barra Mansa e Volta Redonda, Volta Redonda e Barra do Piraí, e entre Resende e Porto Real.

Na Tabela 2, é possível verificar a variação populacional da microrregião onde os municípios analisados estão situados.

Tabela 2 – Variação populacional do Médio Paraíba na década de 2000

Município	2000	2010	Varição
Barra Mansa	170.753	177.813	4,13%
Porto Real	12.095	16.592	37,18%
Resende	104.549	119.769	14,55%
Volta Redonda	242.063	257.813	6,50%
Demais cidades	93.710	108.034	15,28%
Total Região	622.810	680.021	9,18%
Rio de Janeiro (UF)	14.391.282	15.989.929	11,10%
Brasil	169.799.170	190.732.694	12,32%

Fonte: IBGE – Censos 2000 e 2010 (2014)

Apesar de a região apresentar um crescimento populacional, ela ainda possui um desempenho percentual menor do que o que é visto no estado do Rio de Janeiro e no Brasil, que apresentam desempenho superior.

Mesmo com Resende e Porto Real indicando um crescimento superior ao estado e ao Brasil em termos percentuais, Barra Mansa e Volta Redonda, que são as maiores cidades em termos populacionais, apresentaram um crescimento muito baixo, o que diminuiu o percentual regional.

Em 2000, o contingente populacional de Barra Mansa e Volta Redonda somava 66,28% da população da região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, e em 2010, a soma já era de 64,06%, ou seja, diminuiu-se, ainda de forma tímida, o peso populacional destas cidades com relação ao contingente populacional regional.

Entretanto, mesmo com o crescimento percentual mais tímido do que o apresentado por outras cidades, a conurbação de Barra Mansa e Volta Redonda constitui parte fundamental da economia regional.

4.1.1 Industrialização e Desenvolvimento nos Municípios Selecionados

Os municípios mais industrializados do Médio Vale do Paraíba Fluminense, Barra Mansa, Porto Real, Resende e Volta Redonda, constituem o objeto de estudo deste trabalho.

Geograficamente, o espaço compreendido entre os municípios de Jacareí, situado no estado de São Paulo, e Volta Redonda, no Rio de Janeiro, ambos sob forte influência da Rodovia Presidente Dutra, é o que compõe a região do Médio Vale do Paraíba, ultrapassando os limites de divisão estaduais. Porém, o que será alvo de estudos são somente as cidades mais industrializadas do segmento fluminense da região.

Segundo Rodrigues (1992), um bom estudo realizado sobre esta região teria que ser dividida em três períodos cronológicos. O primeiro deles está situado entre 1930 e 1954, que marca o fim da hegemonia agrário-exportadora, inspirando a emergência da estrutura produtiva urbano-industrial.

Um fato que merece destaque é a implantação, ainda na década de 1930, da Siderúrgica Barra Mansa e da Metalúrgica Barbará, no município de Barra Mansa.

Nos anos de 1940, com o crescimento deste setor no país, surge a Companhia Siderúrgica Nacional, mais especificamente em 1946, no distrito de Barra Mansa, que viria a se tornar o município de Volta Redonda em 1954.

O segundo período é aquele compreendido entre 1955 e 1969, com a implantação de novas ferramentas de estado e com o aumento de discussões sobre a reforma agrária e impasses econômicos e políticos.

Por fim, o período compreendido entre 1970 e 1980 marca o avanço do Planejamento Centralizador de Políticas Setoriais, que teve como principal campo de ação investimentos em massa no setor de bens de produção da economia, cujos planos de maior destaque são os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II.

Os municípios que mais obtiveram êxito no processo industrial foram Barra Mansa e, posteriormente, com a emancipação em 1954, Volta Redonda. Como métrica do destaque ocorrido na região do Médio Paraíba Fluminense, contando todo o Vale, inclusive o paulista, na década de 1950, Barra Mansa possuía 44,65% do Valor de Transformação Industrial da região, alcançando, juntamente com Volta

Redonda, na década de 1960, o pico de 67,17% de todo o valor agregado na indústria regional, segundo Rodrigues (1992).

De acordo com o planejamento realizado pelo governo militar (1964-1985), essas indústrias foram alocadas na porção paulista da região. Com isso, a siderurgia, ponto forte das cidades outrora dominantes da região fluminense, caiu em declínio, alcançando 22,70% de VTI na década de 1980, enquanto somente o município de São José dos Campos possuía 34,55%, mostrando que a indústria de transformação de bens com maior valor agregado viera para ficar no cenário nacional, modificando, assim, todo o perfil fabril existente no Brasil até então.

Para Muller (1969), o processo de industrialização no Vale do Paraíba foi fundamentalmente baseado na instalação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

A posição geográfica e a sua acessibilidade com relação aos grandes centros do Rio de Janeiro e São Paulo, facilitaram o escoamento da produção local. É importante ressaltar que, além de grandes centros consumidores, eles também são produtores.

Ainda para Muller (1969), outros fatores também podem ser elencados como primordiais para o desenvolvimento da região como potência industrial, como a presença de amplos terrenos industriais à disposição por preço baixo, mão de obra com níveis salariais muito baixos, facilidade de acesso à energia, isenções de impostos municipais, entre outros.

Muller (1969) afirma que a década de 1950 ficou caracterizada como a de diversificação da produção e de expansão da produção industrial no país. São eles a construção da Rodovia Presidente Dutra e a consolidação do complexo tecnológico industrial-aeroespacial em São José dos Campos, no estado de São Paulo. Esta era a consagração do Plano de Metas realizado pelo Governo Federal.

Como retrato do crescimento da importância da produção siderúrgica nos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda na década de 1950, no ano de 1955 estes dois municípios respondiam por 10,6% de toda a produção industrial do estado do Rio de Janeiro, deixando clara sua vocação para a produção industrial de base.

Os números referentes a este período podem ser encontrados na Tabela 3, que mostra a evolução da atividade econômica regional entre as décadas de 1960 e 1980.

Tabela 3 – Evolução dos grupos industriais no Vale do Paraíba Fluminense

Grupos Industriais	1960	1970	1980
TOTAL	100	100	100
Grupo I	56,83%	54,84%	45,79%
Grupo II	40,95%	33,64%	35,68%
Grupo III	2,22%	11,52%	18,53%
Total	315	434	653

Fonte: IBGE. Censos Industriais – 1960 a 1980 – Rio de Janeiro e São Paulo
(Elaborado por Rodrigues, 1992)

O grupo industrial I é considerado por conter as indústrias mais conservadoras e tradicionais, como por exemplo, o setor têxtil. O grupo II é aquele onde as indústrias de siderurgia estão inseridas e, por fim, o grupo III abrange as indústrias modernas, envolvendo material elétrico, de transporte, entre outros.

Conforme as informações observadas na Tabela 3, é fácil detectar a mudança do perfil industrial da região, dada a diversificação dos meios de produção e do avanço tecnológico, fato que propiciou o surgimento de novas empresas na região, prontas para atender as novas demandas que vieram junto com o crescimento econômico da primeira fase de industrialização.

Este processo foi acentuando-se, até que, nos anos 1990 a 2000, a região do Vale do Paraíba Fluminense tornou-se uma região com forte concentração industrial no setor automobilístico, que reúne muito da mão de obra local, porém, é bastante suscetível a crises internacionais.

4.2 Os municípios e seu perfil histórico

Barra Mansa é um município, segundo sua Prefeitura Municipal (2014), que tem suas origens voltadas para o ano de 1820, e foi, durante muito tempo, parada preferida para diversos tropeiros que transitavam em suas terras rumo a São Paulo, Minas Gerais e Goiás, o que propiciou seu rápido desenvolvimento. Já contou com vários perfis, sendo eles o cafeeiro, agropecuário e siderúrgico. Atualmente, o setor de serviços é o mais relevante no município.

Geograficamente, é um município que faz divisa com Valença, Quatis, Rio Claro, Piraí, Bananal, Volta Redonda, Barra do Piraí, Resende e Porto Real, com uma área de 547,55 km².

É considerado um entroncamento estratégico no escoamento da produção nacional, estando a 85 km do porto de Angra dos Reis e a 90 km do porto de Sepetiba. Seu território é cortado pelo Rio Paraíba do Sul, que recebe vários afluentes durante sua passagem pelo município, o que contribui para a manutenção da carga d'água disponível no leito do rio.

A Rodovia Presidente Dutra, principal ligação viária entre o Rio de Janeiro e São Paulo, abriga em seu território uma das maiores extensões encontradas durante todo o seu trajeto.

Porto Real, de acordo com sua Prefeitura Municipal (2014), é um município que tem seu nome remontado à constante presença da Família Real no lugarejo nos períodos de veraneio.

É considerada a primeira colônia italiana no Brasil, oriunda do período imperial brasileiro e, desde então, a localidade foi crescendo até tornar-se o distrito mais importante de Resende. Necessitando de maior autonomia administrativa, emancipou-se em 1995 por meio de um plebiscito.

Logo após a posse do governo deste novo município, foram adotadas ações que visavam o desenvolvimento local, de forma a garantir à cidade uma posição de destaque nos anos seguintes, que seriam conhecidos como a era da afirmação do Plano Real, quando a economia nacional passou a competir com as áreas internacionais com maior intensidade, dada a modernização no parque industrial nacional fomentada pela nova e estável moeda.

Na década de 2000, a localidade apresentou um crescimento de seu Produto Interno Bruto Industrial, considerando a nova rodada de investimentos industriais ocorrida na região, que propiciou um acelerado crescimento econômico.

Em Resende, as terras do atual município se tornaram conhecidas no século XVIII, quando a febre do ouro e de diamantes tornou possível o desbravamento das terras de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Apenas em 1912, segundo a Prefeitura Municipal de Resende, o município conheceu seu primeiro prefeito. Uma curiosidade é que, em suas origens, o município possuía um tamanho bastante grande, vindo desde a divisa com o estado de São Paulo até fazer limite com Angra dos Reis e Minas Gerais. Em 1848, a

localidade foi elevada de Vila à condição de cidade, e data de 1905 a construção da ponte de ferro Nilo Peçanha, que permanece operacional no município e é testemunha viva da história municipal.

Atualmente, é um município com vocação industrial, possuindo diversas plantas industriais em sua área, além de importante fonte de renda oriunda do turismo ecológico, principalmente das atividades realizadas no distrito de Engenheiro Passos, situado aos pés da Serra da Mantiqueira.

O município abriga, também, a Academia Militar das Agulhas Negras, a maior academia militar da América Latina.

Volta Redonda tem a sua história ligada ao processo de busca de ouro e metais preciosos, evoluindo para o cultivo de café e cana-de-açúcar, processo abalado com o fim da escravidão. Em 1941, o município, que até então era distrito de Barra Mansa, começou a receber as instalações da Companhia Siderúrgica Nacional, um marco da industrialização nacional. Logo após muitas marchas e disputas políticas, o município conseguiu sua emancipação em 17 de julho de 1954.

Durante o período militar (1964-1985), mais precisamente em 1973, a região foi considerada área de segurança nacional e, por isso, eleições diretas para prefeito só foram restabelecidas em 15 de novembro de 1985, segundo a Prefeitura Municipal de Volta Redonda (2014).

De acordo com o perfil histórico dos municípios apresentados, as seguintes análises foram realizadas:

- para Ramalho e Santana (2005), a chegada das indústrias montadoras a partir da década de 1990 ocorreu devido a grandes esforços desempenhados pelos governos municipal e estadual, e também de seus representantes nos níveis mais altos de representação política;
- ainda segundo Ramalho e Santana (2005), a chegada de uma montadora no então distrito de Resende culminou com a emancipação de Porto Real, sendo que os autores qualificam este acontecimento como uma moeda de troca, aceitando a emancipação do município em troca de ser a sede da nova montadora que seria construída.

4.3 Indicadores econômicos

4.3.1 Crescimento Econômico e industrialização

Para análise da situação econômica de uma região, a análise da evolução de indicadores como o PIB é primordial. Assim, na Tabela 4, pode-se verificar a evolução ocorrida na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, comparando-a com a ocorrida no Rio de Janeiro e no Brasil.

Analisando o desenvolvimento dos números apresentados pela tabela, Barra Mansa e Volta Redonda, percentualmente, tiveram os menores crescimentos na década, porém, ao analisarmos o crescimento de valor temos o seguinte cenário: em 2000, os dois municípios representavam 73,78% do PIB dos municípios analisados, e em 2010, com a nova rodada de investimentos industriais ocorridos na região, este percentual passou para 52,67%, indicando que o crescimento do processo industrial de Resende e Porto Real reduziu a importância relativa de Barra Mansa e Volta Redonda, que sempre estão inseridas no contexto siderúrgico.

Tabela 4 – Variação PIB Médio Paraíba Fluminense na década de 2000 (R\$ mil)

Município	2000	2010	Varição
Barra Mansa	1.270.916	2.854.856	124,62%
Porto Real	190.431	3.821.846	1.900,06%
Resende	1.442.624	5.706.332	295,55%
Volta Redonda	3.326.022	7.748.896	132,97%
Demais cidades	921.377	2.666.211	189,37%
Rio de Janeiro (UF)	118.711.624	344.405.425	190,11%
Brasil	1.089.000.000	3.675.000.000	237,46%

Fontes: CEPERJ – Sistema de Informações Municipais e IBGE – Contas Nacionais (2014)

A Tabela 4 demonstra que as cidades de Resende e Porto Real apresentaram um percentual de crescimento superior ao estado e ao Brasil, tendo Porto Real, inclusive, avançado a ponto de deixar Barra Mansa como a cidade analisada que produz o menor PIB.

Conforme Furtado (2007), o desenvolvimento industrial constitui uma importante ferramenta para a melhoria do nível do desenvolvimento de determinada região, pois carrega consigo o fator multiplicador de emprego e renda, pois, além

dos empregos gerados no topo da cadeia, existem os fornecedores e toda estrutura que é montada em volta para o recebimento de uma maior mão de obra.

A análise da evolução do setor industrial é importante para poder demonstrar o impacto do crescimento do setor no PIB regional.

Tabela 5 – Variação do setor industrial na década de 2000 (R\$ mil)

Município	2000	2010	Varição
Barra Mansa	404.002	823.753	103,89%
Porto Real	114.281	2.383.137	1.985,33%
Resende	715.275	3.362.749	370,13%
Volta Redonda	1.525.065	3.453.912	126,47%
Demais cidades	482.284	986.378	104,52%
Médio Paraíba	3.240.907	11.009.929	239,71%
Rio de Janeiro (UF)	28.549.000	96.618.000	238,42%
Brasil	274.094.000	903.768.000	229,72%

Fonte: CEPERJ – Sistema de Informações Municipais (2014). IBGE – Sistema de Contas Nacionais (2014)

Assim como o ocorrido com o PIB geral, a análise do PIB industrial dos municípios analisados mostra Barra Mansa ocupando o último lugar na geração de riqueza neste segmento e, para análise regional, o percentual de crescimento foi superior ao apresentado pelo Rio de Janeiro, mesmo que de forma sutil, e mais intenso quando comparado ao desempenho brasileiro.

4.3.2 Produto Interno Bruto

Outro mecanismo utilizado para a medição do crescimento econômico, como diz Erber (2011), que é medir a existência de mais do mesmo, de aumentar o que já é existente, é a soma das riquezas produzidas em uma determinada região. Esta soma é conhecida como Produto Interno Bruto e pode servir para medir a intensidade da atividade econômica.

Tabela 6 – PIB de Barra Mansa na década de 2000

Barra Mansa	2000	2010	Varição
Setor Primário	11.052	13.331	20,62%
Setor Secundário	404.002	823.753	103,89%
Setor Terciário	855.863	2.017.772	153,75%
PIB TOTAL	1.270.916	2.854.856	124,62%

Fonte: CEPERJ – Sistema de Informações Municipais (2014)

Barra Mansa apresentou, em valores correntes, um crescimento econômico satisfatório, mas as cidades ao seu redor cresceram ainda mais, relegando a municipalidade ao último lugar nas maiores geradoras de riqueza entre os municípios analisados, sendo eles Porto Real, Resende e Volta Redonda.

O que mais se destaca no município é o crescimento do setor de serviços voltados para o atendimento das demandas surgidas com a nova rodada de investimentos industriais regionais.

Tabela 7 – Perfil de Porto Real na década de 2000 (R\$ mil e pontos centesimais)

Porto Real	2000	2010	Varição
Setor Primário	1.448	341	-76,45%
Setor Secundário	114.281	2.383.137	1.985,33%
Setor Terciário	74.702	1.438.367	1825,47%
Total	190.431	3.821.846	1.906,94%

Fonte: CEPERJ – Sistema de Informações Municipais (2014)

Porto Real é um município que atravessou a década com uma evolução bastante rápida de seus setores secundários e terciários, ou seja, o setor industrial e o setor prestador de serviços, que vêm atender as novas demandas surgidas na sociedade que atravessa um grande e acelerado processo de industrialização.

Este município, com uma pequena população e uma grande área industrializada em seu território, apresenta uma relação entre esta pequena população e a grande área industrializada muito positiva, o que torna possível afirmar que este processo fez com que a localidade apresentasse indicadores de emprego muito elevados.

O mesmo fenômeno não se repete nas outras localidades, que possuem indicadores de taxa de ocupação bastante semelhantes àqueles encontrados no Estado.

Com a estratégia de criação de capitais das microrregiões do interior, com a concentração de atividades nas mesmas, agindo como cidades-polo, o ato de produzir bens de capital e produção de informação concentrou-se, em sua maioria neste município, sendo aplicada a Teoria do Lugar Central, de François Perroux. Desta forma, é possível inferir que Porto Real pode ser considerada a capital geradora de riqueza industrial regional.

Tabela 8 – Perfil de Resende na década de 2000 (R\$ mil e pontos centesimais)

Resende	2000	2010	Varição
Setor Primário	12.766	16.117	26,24%
Setor Secundário	715.275	3.326.749	365,10%
Setor Terciário	714.583	2.327.465	225,70%
Total	1.442.624	5.706.332	295,55%

Fonte: CEPERJ – Sistema de Informações Municipais (2014)

A recente rodada de investimentos industriais propiciou um cenário positivo para que Resende apresentasse essas informações de desenvolvimento no setor industrial e, segundo seu fator multiplicador, no setor de serviços, que é o maior impactado pela receita gerada na indústria. Desta forma, Resende consegue se firmar como a segunda localidade, dentre as analisadas, que possui a maior geração de renda no segmento industrial.

Como Furtado (2007) preconiza, o investimento em indústrias que gerem empregos de elevado valor agregado e produzam bens de capital concorrem para a promoção do desenvolvimento de uma determinada localidade.

Tabela 9 – Perfil de Volta Redonda na década de 2000 (R\$ mil e pontos centesimais)

Volta Redonda	2000	2010	Varição
Setor Primário	1.988	6.989	251,55%
Setor Secundário	1.525.065	3.453.912	126,47%
Setor Terciário	1.798.969	4.287.995	138,35%
Total	3.326.022	7.748.896	132,97%

Fonte: CEPERJ – Sistema de Informações Municipais (2014). Elaborado pelo autor

No período analisado, a diferença entre o setor de serviços e o setor industrial aumenta ainda mais no município, tendo o primeiro uma relevância ainda maior. Este fato não interfere no fato de o município ser o que mais gera riqueza na região.

O aumento do setor de serviços corrobora com a afirmação de Vieira (2009) de que quando uma região busca a promoção do desenvolvimento, não deve centrar-se somente na industrialização, pois ela, por si só, pode não garantir o desenvolvimento da localidade.

4.3.3 Empregos nos municípios de Barra Mansa, Porto Real, Resende e Volta Redonda

Com a rápida industrialização ocorrida no Brasil, quando o país passou de 70% da população rural e 30% urbana na década de 1950 para 30% da rural e 70% da urbana em 1980, segundo Urani (1995), o saldo da geração de empregos passou a ser crucial para a melhoria da qualidade de vida população, que depende dos empregos para poder garantir a sua subsistência.

A geração de empregos nas cidades selecionadas no período compreendido entre 2004 a 2010, com exceção de Porto Real, que detém informações disponíveis apenas entre os anos de 2007 e 2010, a região demonstrou que possui um saldo positivo de geração de postos de trabalho, com destaque positivo para Volta Redonda.

Tabela 10 – Geração de Empregos nos municípios entre o período de 2004 e 2010

Localidade	Saldo
Barra Mansa	7.436
Porto Real	4.305
Resende	8.128
Volta Redonda	15.194
TOTAL	35.063

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED (2014). Elaborado pelo autor.

Outra análise é o percentual de pessoas empregadas nos municípios, conforme pode ser verificado na Tabela 11. As cidades apresentam relações distintas, com destaque positivo para Porto Real, que conta uma população pequena, mas com poder de retenção, empregando pouco mais de 86% de sua população, principalmente devido ao fato de possuir uma grande quantidade de indústrias instaladas em seu território.

Tabela 11 – População e emprego nos municípios selecionados e no Estado do Rio de Janeiro em 2010

Localidades	Pessoal Ocupado	População	Relação
Barra Mansa	40.477	177.813	22,76%
Porto Real	14.274	16.592	86,03%
Resende	38.714	119.769	32,32%
Volta Redonda	87.366	257.803	33,89%
Rio de Janeiro (UF)	5.001.671	15.989.929	31,28%

Fonte: IBGE. Indicadores Municipais (2015). Elaborado pelo autor.

Barra Mansa aparece com a menor relação entre população e emprego, tornando possível a afirmação de que a população local precisa deslocar-se para outras localidades com o intuito de conseguir empregos, gerando assim os movimentos pendulares já citados descritos por Ojima (2010).

4.4 Indicadores sociais

4.4.1 Os Municípios Selecionados e o Índice de Desenvolvimento Humano

Um dos mecanismos mais utilizados para a medição da qualidade de vida é o Índice de Desenvolvimento Humano, indicador elaborado pela Organização das Nações Unidas.

Nos municípios analisados, o indicador tem o seguinte perfil:

Tabela 12 – IDH dos municípios selecionados

Localidade	2000	2010
Barra Mansa	0,641	0,729
Porto Real	0,568	0,713
Resende	0,660	0,768
Volta Redonda	0,682	0,771

Fonte: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014). Elaborado pelo autor.

Os municípios analisados apresentaram uma evolução no indicador analisado situando-se todos eles na faixa de desenvolvimento médio alto. Contudo, ainda assim, o desenvolvimento não pode ser medido através de uma medição elaborada por um organismo devido ao fato de o mesmo ser um conceito paradigmático que pode envolver inúmeros outros fatores, como explica Santos *et al.* (2012).

Para que uma municipalidade tenha condições de analisar onde estão os pontos falhos do trabalho, é necessário que os subgrupos dos indicadores que medem o nível de desenvolvimento sejam conhecidos para que ações específicas sejam desempenhadas, de forma a melhorar o nível de qualidade de vida.

Na Tabela 13, o indicador segue detalhado em cada um dos subgrupos que o compõem:

Tabela 13 – Subgrupos do IDH – Municípios selecionados

Localidade	2000	2010
Barra Mansa		
IDH Renda	0,685	0,720
IDH Longevidade	0,763	0,819
IDH Educação	0,504	0,657
Porto Real		
IDH Renda	0,643	0,688
IDH Longevidade	0,726	0,817
IDH Educação	0,393	0,645
Resende		
IDH Renda	0,723	0,762
IDH Longevidade	0,750	0,839
IDH Educação	0,529	0,709
Volta Redonda		
IDH Renda	0,717	0,763
IDH Longevidade	0,763	0,833
IDH Educação	0,580	0,720

Fonte: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento IDH (2014). Elaborado pelo autor.

O pior desempenho entre os municípios analisados é no segmento educacional. É necessário que o poder público dessas localidades invista em

projetos que dêem continuidade ao desenvolvimento educacional, propiciando, além de maior facilidade ao acesso à educação, uma evolução na qualidade do ensino.

Como Santos *et al.* (2012) afirma, o desenvolvimento é um conceito paradigmático, podendo variar de objetivos de acordo com o que a sociedade almeja, mas, de acordo com as convenções de desenvolvimento normalmente utilizadas para medição da qualidade de vida, as cidades analisadas apresentaram melhoria nos indicadores de desenvolvimento.

4.4.2 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

Outro indicador utilizado para mensurar o desenvolvimento de uma localidade é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, popularmente conhecido como IFDM.

É um indicador que apresenta uma metodologia mais detalhada do que o IDH da ONU, e pode representar um retrato mais fidedigno da realidade local devido à maior abrangência das questões abordadas na sua composição. As informações referentes a este indicador podem ser vistas na Tabela 14.

Tabela 14 – IFDM dos municípios selecionados

Localidade	2000	2010
Barra Mansa	0,6784	0,8086
Porto Real	0,7677	0,8655
Resende	0,7607	0,8614
Volta Redonda	0,6722	0,8469

Fonte: FIRJAN – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (2014). Elaborado pelo autor

De acordo com as informações apresentadas segundo a medição da FIRJAN, todos os municípios apresentaram uma grande evolução nos indicadores, com destaque para a grande evolução apresentada por Volta Redonda.

A evolução deste indicador coincide com o que defende Smith (2012), que o desenvolvimento ocorre quando os agentes econômicos têm a capacidade de satisfazer, por si só, suas necessidades, principalmente quando o desempenho mais analisado é o da Renda, afirmando que a abordagem mais utilizada para medir o desenvolvimento econômico é a métrica econômica.

Nesta avaliação, todos os municípios apresentam indicadores que os colocam no nível de alto desenvolvimento. Assim como na medição realizada pelas Nações Unidas, o IFDM apresentou melhoria em todos os subgrupos em todos os municípios analisados.

Dos quatro municípios, o único que apresenta dois indicadores abaixo do nível de alto desenvolvimento é Barra Mansa, pois seus níveis de Renda e Educação não alcançaram patamares satisfatórios. Do outro lado da análise encontra-se Resende, com todos os subgrupos situados no alto patamar de desenvolvimento. O detalhamento das informações da composição deste indicador pode ser observado na Tabela 15.

Tabela 15 – Subgrupos do IFDM – Municípios selecionados

Localidade	2000	2010
Barra Mansa		
IFDM Renda	0,5297	0,7630
IFDM Saúde	0,8506	0,9158
IFDM Educação	0,6550	0,7470
Porto Real		
IFDM Renda	0,7894	0,8969
IFDM Saúde	0,8175	0,9621
IFDM Educação	0,6962	0,7377
Resende		
IFDM Renda	0,7139	0,8386
IFDM Saúde	0,8641	0,9154
IFDM Educação	0,7041	0,8302
Volta Redonda		
IFDM Renda	0,4468	0,7779
IFDM Saúde	0,8590	0,9142
IFDM Educação	0,7108	0,8485

Fonte: FIRJAN – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (2014)

4.4.3 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos Municípios

Um indicador importante para mensurar o desenvolvimento de uma localidade é a medição da qualidade da educação básica oferecida. O Ministério da Educação realiza uma pesquisa de qualidade das instituições de ensino básicas com o intuito de aferir a qualidade do ensino ofertado na rede de ensino e corrigir possíveis distorções existentes.

De acordo com as publicações dos indicadores, as tabelas de cada município foram configuradas. O intervalo de publicação é bianual, o que permitiu uma análise de informações fora do período cronológico determinado para a elaboração da pesquisa.

Tabela 16 – Variação do IDEB nas escolas do 5º ano em Barra Mansa

Ano	Nota	Meta	Meta/Nota
2005	4,7	n/a	n/a
2007	4,5	4,7	-0,2
2009	4,9	5,0	-0,1
2011	5,1	5,4	-0,3

Fonte: MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2014)

Na Tabela 17 encontram-se as informações referentes à situação educacional da rede pública dos alunos do 9º ano:

Tabela 17 – Variação do IDEB nas escolas do 9º ano em Barra Mansa

Ano	Nota	Meta	Meta/Nota
2005	3,8	n/a	n/a
2007	3,5	3,8	-0,3
2009	3,9	4,0	-0,1
2011	3,9	4,2	-0,3

Fonte: MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2014)

Em ambas as análises, o município não apresenta o nível de qualidade que o Governo Federal entende como satisfatória para o ensino básico. Como o desenvolvimento é um conceito paradigmático, como afirma Vieira (2009), o

progresso na área educacional pode não ser visto como prioritário para a promoção do desenvolvimento, sendo preterido para investimentos na área econômica.

Novas estruturas educacionais, aliadas a um maior investimento na área e maior capacitação dos professores, soam como fundamentais para que o município atinja um desenvolvimento satisfatório no tema.

Dando sequência à análise dos municípios selecionados, encontramos a localidade de Porto Real.

Tabela 18 – Variação do IDEB nas escolas do 5º ano em Porto Real

Ano	Nota	Meta	Meta/Nota
2005	3,8	n/a	n/a
2007	3,8	3,9	0,1
2009	4,1	4,2	-0,1
2011	5,0	4,6	0,4

Fonte: MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2014)

Tabela 19 – Variação do IDEB nas escolas do 9º ano em Porto Real

Ano	Nota	Meta	Meta/Nota
2005	3,7	n/a	n/a
2007	3,4	3,7	-0,3
2009	3,5	3,8	-0,3
2011	3,3	4,1	-0,8

Fonte: MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2014)

Com o crescimento da renda gerada pela população empregada no município, que conta com a maior relação entre população local e população empregada, a prefeitura pode dispor de maiores recursos para investimentos em áreas consideradas fundamentais para o desenvolvimento.

Como a geração de empregos é elevada na localidade, o recolhimento de impostos e o recebimento de repasses de outras esferas governamentais contribuem para que esta municipalidade disponha de recursos suficientes para executar os trabalhos necessários, e, conforme Smith (2012), quando a sociedade satisfaz suas necessidades de forma espontânea, ela concorre para o desenvolvimento, fato este que, em análise ao indicador em questão, pode estar ocorrendo com o município.

Pode-se dizer que em Porto Real, com a tendência de constante melhoria no ensino, a educação evoluirá de forma a atingir os níveis solicitados pelo Governo Federal.

Resende, município que divide com Porto Real o espaço físico utilizado pelas empresas desta nova rodada de investimentos industriais, é o próximo município a ser analisado, e nele a situação do IDEB é a seguinte:

Tabela 20 – Variação do IDEB nas escolas do 5º ano em Resende

Ano	Nota	Meta	Meta/Nota
2005	4,2	n/a	n/a
2007	4,1	4,2	-0,1
2009	4,5	4,6	-0,1
2011	5,1	5,0	0,1

Fonte: MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2014). Elaborado pelo autor.

Tabela 21 – Variação do IDEB nas escolas do 9º ano em Resende

Ano	Nota	Meta	Meta/Nota
2005	3,8	n/a	n/a
2007	3,4	3,8	-0,4
2009	3,8	4,0	-0,2
2011	4,2	4,2	0

Fonte: MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2014). Elaborado pelo autor.

A melhoria deste indicador em Resende pode estar pautada na mesma argumentação utilizada para o município de Porto Real, que, com o aumento da arrecadação municipal oriundo das mais diversas fontes, o trabalho pode ser realizado de forma mais intensa, o que reflete no desempenho dos alunos nas medições de qualidade.

Para o término da análise da educação básica, a precursora do processo de industrialização nacional é Volta Redonda. Este município é, dentre os analisados, aquele que dispõe de uma maior quantidade de instituições de ensino superior.

Tabela 22 – Variação do IDEB nas escolas do 5º ano em Volta Redonda

Ano	Nota	Meta	Meta/Nota
2005	4,7	n/a	n/a
2007	4,8	4,8	0
2009	5,2	5,1	0,1
2011	5,3	5,5	-0,2

Fonte: MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2014)

Tabela 23 – Variação do IDEB nas escolas do 9º ano em Volta Redonda

Ano	Nota	Meta	Meta/Nota
2005	4,0	n/a	n/a
2007	3,7	4,0	-0,3
2009	3,8	4,1	-0,3
2011	4,1	4,4	-0,3

Fonte: MEC. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2014)

Os indicadores de educação no município apresentam uma melhoria contínua desde 2007, mas ainda estão abaixo do que é pedido pelo Ministério da Educação, podendo este fato estar aliado à diminuição da qualidade dos empregos gerados na localidade, o que, conseqüentemente, reduz a arrecadação municipal pelo fato de os empregos gerados serem, em sua maioria, de menor qualidade e com menor fator multiplicador.

4.4.4 Indicadores de Saúde nos Municípios

A mortalidade infantil é o primeiro ponto a ser abordado nesta análise. Neste ponto, para o atingimento do Objetivo traçado pelas Nações Unidas, era necessário que a municipalidade diminuísse em dois terços as ocorrências com crianças menores que cinco anos.

Experiências anteriores do Governo Federal, como o mutirão da saúde ou ações em parceria com a sociedade civil, neste caso específico com a Pastoral da Criança, são bastante eficazes no intuito de melhorar esses indicadores, pois fazem o trabalho de base, que demanda muito pessoal e recursos para ser uma atividade exclusiva do setor público.

Tabela 24 – Mortalidade infantil no Médio Paraíba Fluminense

Município	1995	2012	Variação
Barra Mansa	25,7	13,7	-46,69%
Porto Real	20,6	19,1	-7,28%
Resende	18	12,9	-28,33%
Volta Redonda	19,2	11,8	-38,54%

Fonte: Relatórios Dinâmicos, Portal ODM (2014)

De acordo com a Tabela 24, todos os municípios conseguiram reduzir a mortalidade infantil, o que pode ser decorrência de alguns fatores, tais como os Mutirões de Saúde, realizados pelo Governo Federal, que prestam atendimento profilático à pessoas com vulnerabilidade social, ou também com o aumento da renda, que propicia um padrão de vida melhor às famílias e, conseqüentemente, às crianças.

Por fim, o tratamento correto de água e esgoto contribui para a não ocorrência de infestação de verminoses e outras doenças, que também podem levar as crianças a óbito, impactando negativamente no desempenho municipal.

Entretanto, para a Organização Mundial da Saúde, a quantidade de ocorrências aceitáveis é de 10 (dez) para cada mil nascidos vivos, e, neste quesito, os municípios ainda não apresentam um desempenho satisfatório.

O segundo ponto que deve ser analisado é a expectativa de vida. Este é um indicador que faz parte da composição do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, que é medido pelas Nações Unidas.

A composição da expectativa de vida não abrange somente aquelas ocorrências de morte natural, sendo importante ressaltar que as ocorrências que se dão por morte violenta também impactam neste indicador, ou seja, a expectativa de vida não é calculada somente de acordo com aquelas mortes decorrentes de causas naturais.

Como indicador de qualidade de vida, o IDH é muito amplo e não oferece um retrato fiel da localidade analisada, mas pode contribuir para o entendimento de questões fundamentais locais, como o atendimento à saúde pública e níveis de segurança.

Tabela 25 – Expectativa de vida no Médio Paraíba Fluminense

Município	2000	2010	Variação anos
Barra Mansa	70,80	74,14	3,34
Porto Real	68,54	74,01	5,47
Resende	70,00	75,31	5,31
Volta Redonda	70,80	74,98	4,18
Brasil	68,61	73,94	5,33

Fonte: Atlas Brasil – ONU (2014)

Como é possível perceber na análise da Tabela 25, a expectativa média de vida da população residente na região aumentou em todas as cidades, mas este indicador não é muito satisfatório porque a média de vida no país também aumentou em índices muito parecidos, ressaltando que as localidades têm apenas acompanhado a tendência nacional de aumento da expectativa de vida da população que, atualmente, dispõe de melhores condições de vida.

4.4.5 Os Indicadores de Pobreza

O combate à pobreza é uma ferramenta que deve ser utilizada permanentemente quando busca-se a melhoria da qualidade de vida da população. Uma base de dados composta pelos Relatórios Dinâmicos, obtidos no Portal Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é utilizada para medir a região neste quesito.

Esses objetivos são metas traçadas pela ONU a serem cumpridas por todos os municípios até o ano de 2015, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população, atingindo, conseqüentemente, índices mais altos nos indicadores por ela compilados.

O primeiro ponto a ser analisado é aquele que trabalha a questão do combate à pobreza. Existem três subdivisões que a Organização das Nações Unidas utiliza para a medição deste cenário.

O primeiro é aquele em que a pessoa vive abaixo da linha da indigência, ou seja, da extrema pobreza, tendo como renda mensal R\$70,00 (setenta reais). O

segundo grupo está situado na faixa da pobreza, que tem à sua disposição o montante de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) para seus dispêndios mensais. O último grupo é formado por todas as outras faixas de renda que não se adequam neste cenário, garantindo, segundo critérios das Nações Unidas, que não estão na faixa daqueles que são considerados pobres.

Tabela 26 – População abaixo da linha da extrema pobreza na década de 2000

Município	2000	2010	Variação
Barra Mansa	4,1%	2,3%	-43,90%
Porto Real	7,9%	1,4%	-82,27%
Resende	3,6%	1,7%	-52,77%
Volta Redonda	3,3%	1,9%	-42,42%

Fonte: Relatórios Dinâmicos, Portal ODM (2014)

A diminuição percentual de pessoas com renda abaixo de R\$ 70,00 é notória em todos os municípios analisados, tendo Porto Real como exemplo de maior diminuição de pessoas dentro desta faixa de renda. Porém, esta é uma análise que pode ser feita também entendendo que, nem sempre, essa diminuição decorre da política realizada dentro da própria localidade, mas de reflexos de ações realizadas fora da municipalidade, como, por exemplo, valorização do salário mínimo.

Para efeito de análise, que se tome uma família com cinco pessoas. No ano de 2000, com o salário mínimo em R\$ 151,00, a renda *per capita* seria de R\$ 30,20. Já em 2010, com uma década desde a implantação da política de aumento real do salário mínimo, a mesma família teria uma renda *per capita* de R\$ 102,00, e não mais pertenceria aos níveis de extrema pobreza.

Pessoas que estão abaixo da linha da pobreza são aquelas que se encaixam nos critérios dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, ou seja, aquelas pessoas que não estão situadas no nível da mendicância, mas ainda estão em situação social de vulnerabilidade, tendo como renda um valor compreendido entre R\$ 70,01 e R\$140,00.

Estas pessoas constituem potencialmente o alvo de políticas públicas de benefícios e de transferência de renda direta e programas sociais que visam garantir a dignidade da pessoa humana.

Tabela 27 – População abaixo da linha da pobreza na década de 2000

Município	2000	2010	Variação
Barra Mansa	11,1%	4,4%	-60,36%
Porto Real	14,6%	5,2%	-64,38%
Resende	9,9%	4,4%	-55,55%
Volta Redonda	8,0%	3,3%	-58,75%

Fonte: Relatórios Dinâmicos, Portal ODM (2014)

Novamente o critério da elevação da renda nacional por meio da política de reajuste do salário mínimo pode ser utilizado para auxiliar a interpretação desta questão. Retomando o exemplo da família com cinco pessoas, e entendendo que uma delas esteja em idade economicamente ativa, recebendo, assim como a outra pessoa ativa da família, um salário mínimo, chegamos ao total de R\$ 1.020,00 por mês, ou seja, R\$ 204,00 por pessoa, retirando-as da linha da pobreza, não sendo mais consideradas pobres pelos indicadores oficiais.

De acordo com Saboia (2007), a melhoria dos níveis do salário mínimo reflete a evolução deste indicador, sendo possível concluir, então, que estes números municipais são diretamente influenciados por políticas de distribuição de renda que vêm de fora da localidade, como o Salário Mínimo, a Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

4.4.6 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Em 2000, ao analisar os maiores problemas mundiais, a Organização das Nações Unidas estabeleceu 8 (oito) Objetivos do Milênio, que são metas de melhoria de qualidade de vida da população que as localidades devem atingir até o ano de 2015.

Os municípios estudados terão as informações analisadas de forma a identificar os defeitos e as potencialidades de cada localidade, permitindo uma análise segura do nível da qualidade de vida da população local.

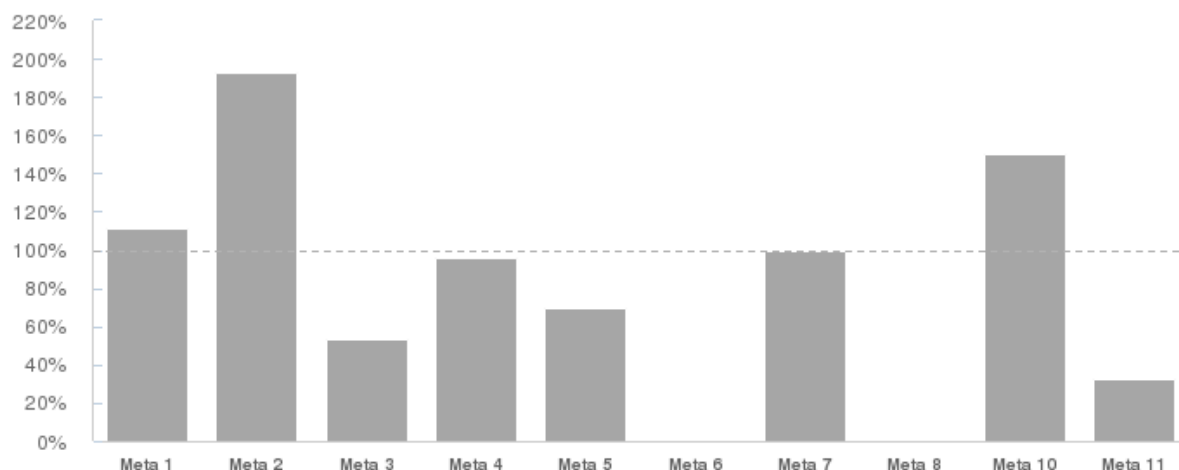


Figura 2 – Barra Mansa e os Objetivos do Milênio
 Fonte: Relatórios Dinâmicos, Portal ODM (2014)

Barra Mansa: A primeira e a segunda metas estão diretamente relacionadas à melhoria da renda da população e, como já fora dito, com a evolução da renda nacional, principalmente com políticas de valorização do salário mínimo, a tendência é que todas as cidades tenham este objetivo cumprido.

A universalização do ensino básico é um problema para as localidades analisadas, haja vista os indicadores apresentados anteriormente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que precisam ser melhorados com políticas de retenção dos alunos na rede pública de ensino.

O equilíbrio entre homens e mulheres no mercado de trabalho, que é o quarto objetivo, está quase que plenamente cumprido, existindo apenas uma pequena distorção.

A redução da mortalidade infantil não foi cumprida, pois parte também do princípio que as ações locais devem ser combinadas com políticas estaduais e federais, devendo ser complementares para que os números possam atingir índices satisfatórios.

A mortalidade materna aumentou na localidade e não permitiu que o Objetivo fosse atingido, o que causa estranheza devido ao fato de o município possuir uma maternidade pública; por outro lado, é possível que também tenha se transformado em um local receptor de pessoas de outras localidades para a realização do procedimento, que interfere em seus números de forma negativa.

Assim como outras ações de saúde pública, como o combate às doenças transferidas por mosquitos e o combate à AIDS, o município não conseguiu cumprir

o que é pedido. Novamente, a abordagem econômica do desenvolvimento que toma conta da formulação dos indicadores de desenvolvimento desde seu início faz-se presente, priorizando mais uma vez o aspecto econômico diante de outros, o que impede uma política de desenvolvimento multidisciplinar e plenamente satisfatória.

O próximo município a ser analisado é Porto Real, que divide com Resende o espaço físico da nova rodada de investimentos industriais.

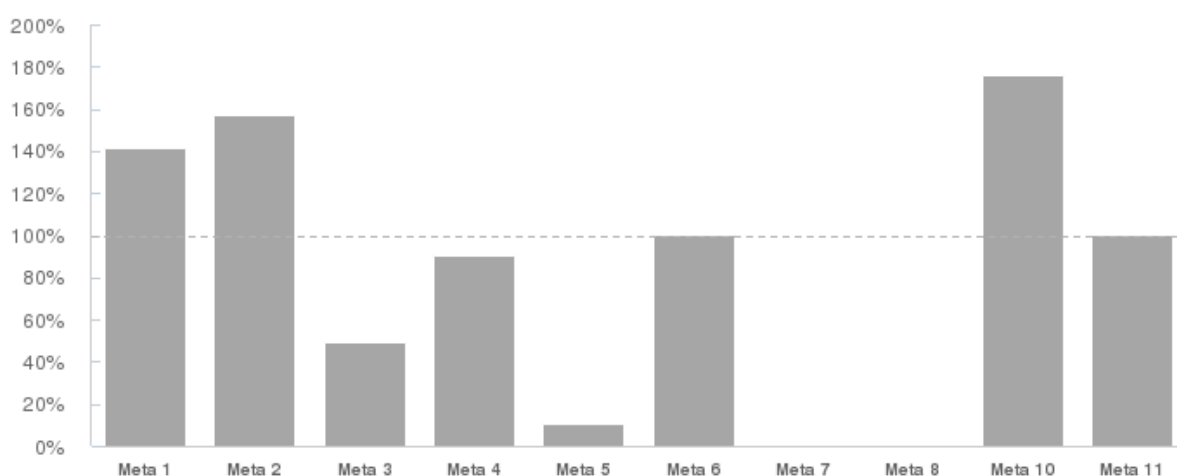


Figura 3 – Porto Real e os Objetivos do Milênio
Fonte: Relatórios Dinâmicos, Portal ODM (2014)

Novamente, os indicadores de renda foram atingidos muito por causa de políticas que são externas às localidades, como por exemplo, a evolução do salário mínimo e programas de transferência de renda direta.

Na questão da formação da população no ensino básico existe a distorção presente em todas as cidades analisadas, mas na diferenciação entre a formação de homens e mulheres, este indicador está positivo, pois, na formação superior, existem mais mulheres do que homens, dando margem a um “quase equilíbrio”.

As ações que se referem à saúde pública enfrentam problemas e deixam claro o viés de trabalho de desenvolvimento voltado para a melhoria do cenário econômico, com outras questões tratadas de forma não qualitativa pelos poderes públicos, tendo como único destaque a melhoria no acesso à água potável e à rede de coleta de esgoto.

O próximo município a ser analisado é Resende, que divide com Porto Real o espaço físico da implantação das novas indústrias que vêm se alojando na região e

que tem sentido o impacto deste processo tanto pelo lado positivo quanto pelo lado negativo.

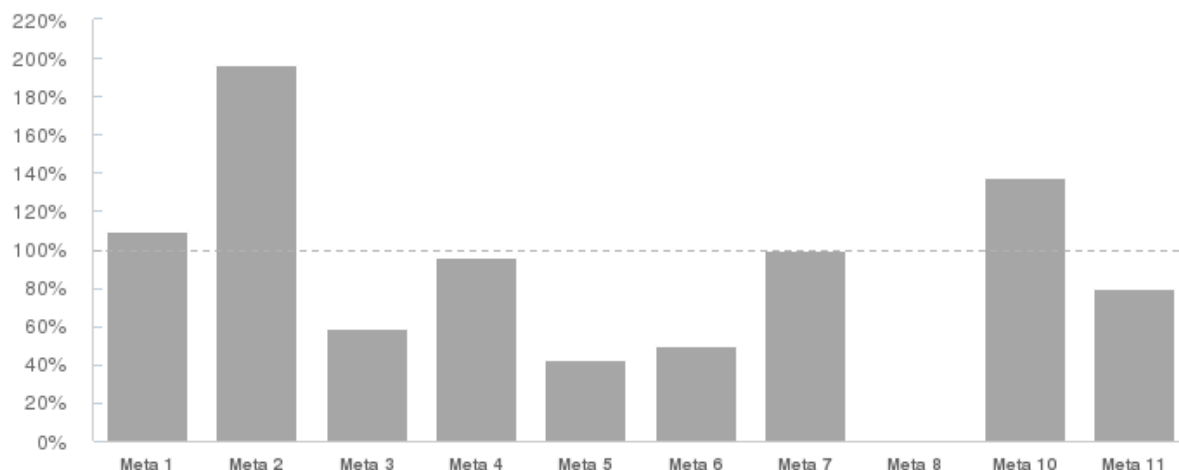


Figura 4 – Resende e os Objetivos do Milênio
Fonte: Relatórios Dinâmicos, Portal ODM (2014)

Assim como em Barra Mansa e Porto Real, o ponto de equilíbrio para o desenvolvimento, no sentido econômico, foi atingido. Novamente, fatores que são externos à localidade impactam de forma definitiva no resultado.

Os tópicos de números três e quatro constituem questões educacionais e apresentam, novamente, indicadores muito parecidos que, por motivos estratégicos, devido à falta de recursos, não têm a devida atenção do poder público, sendo que o primeiro – a universalização da educação básica – está longe de ser atingido, e o segundo – a igualdade de formação entre gêneros – tem sua situação quase resolvida, com uma leve tendência de vantagem para as mulheres.

As questões referentes à saúde pública novamente encontram-se com problemas para o atingimento da meta em razão da falta de recursos abundantes para a realização do trabalho de forma qualitativa. Para que este objetivo seja atingido, há de existir uma convergência entre os poderes públicos para que a localidade consiga atingir os objetivos estabelecidos para o desenvolvimento.

O acesso à água e esgoto é um ponto positivo da localidade, que tem um acesso amplo e quase universal destes bens, o que pode ser um passo para a melhoria dos problemas de saúde pública, pelo menos aqueles que advêm das doenças negligenciadas, por exemplo.

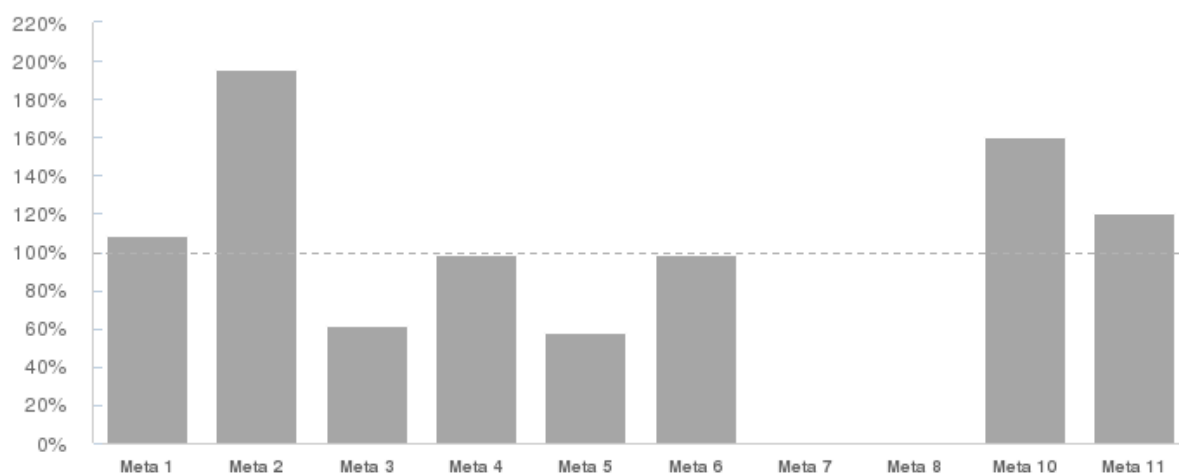


Figura 5 – Volta Redonda e os Objetivos do Milênio
 Fonte: Relatórios Dinâmicos, Portal ODM (2014)

Assim como nas outras localidades, o fator apresentado por Saboia (2007) do uso do salário mínimo como mola propulsora do desenvolvimento ou da diminuição de pobreza encontra eco nos índices apresentados pelo município. O atingimento do objetivo tem sua raiz voltada para políticas que são executadas de forma externa à localidade.

Os outros dois pontos seguintes fazem referência à educação e o cenário de outros municípios analisados se repete, com dificuldade da universalização no ensino básico e um acesso quase igualitário entre homens e mulheres no sentido de sua formação, com ligeira distorção para um dos dois lados.

Os pontos que trabalham o acesso à saúde pública são aqueles que necessitam de maior atenção, uma vez que são necessários trabalhos de diversas esferas para o alcance do objetivo de desenvolvimento, além do envolvimento da população e de segmentos da iniciativa privada.

O acesso à água e esgoto é um ponto forte da localidade em razão dos investimentos em infraestrutura e pela facilidade de acesso à água potável devido ao fato de o município ser cortado pelo Rio Paraíba do Sul. Dessa forma, os investimentos para obtenção deste recurso são bem menores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as informações apresentadas no trabalho, os conceitos de crescimento e desenvolvimento foram devidamente explicados e diferenciados e, tendo como conclusão o que Erber (2011) afirma, que crescimento é somar mais do mesmo, ou seja, aumentar o que já é existente, enquanto Smith (2012) discorre que o desenvolvimento acontece quando uma sociedade é capaz, por si só, de atingir e satisfazer todas as suas necessidades de forma espontânea e, quando isso ocorre, é possível afirmar que a sociedade está desenvolvida.

O desenvolvimento, segundo Santos *et al.* (2012), é um conceito paradigmático e, de acordo com a sociedade que está inserido, a análise da variante do desenvolvimento pode variar e, por esse motivo, a dificuldade de estabelecer um conceito definitivo sobre desenvolvimento é elevada.

O crescimento econômico é o mote principal das análises dos indicadores que buscam medir o desenvolvimento de uma localidade, e este é um pensamento que norteia a discussão deste trabalho. E, assim, apresenta o acentuado viés econômico da composição destes indicadores.

A industrialização é um mecanismo que pode capitanear o desenvolvimento de uma determinada região de acordo com seu fator concentrador de riqueza e multiplicador, consoante a qualidade dos empregos gerados em suas plantas produtivas e, segundo Furtado (2007), este é um procedimento que deve ocorrer e, com o apoio dos instrumentos de Estado, que deve selecionar os segmentos mais importantes para promover os investimentos necessários, com o objetivo de evoluir os níveis de qualidade de vida.

Contudo, quando o desenvolvimento é tratado como resultado de uma evolução econômica, Vieira (2009) afirma que o processo de desenvolvimento acontece quando há aumento da atividade econômica, embora uma melhoria da distribuição desta riqueza gerada promova a harmonização do desenvolvimento, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida da população.

Os municípios analisados atravessam um processo recente de nova industrialização, um segundo ciclo, que completa o ciclo iniciado com a siderurgia na primeira metade do século XX, e esta industrialização concorre para a melhoria da geração de renda e a consequente melhoria da arrecadação municipal e o aumento

de recursos para que o poder público possa desempenhar tarefas que tenham por finalidade a evolução da qualidade de vida da população.

Indicadores utilizados para a medição da qualidade de vida, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal apresentados e analisados no período, mostram que algumas questões tiveram impactos positivos na região, como por exemplo, a valorização real do salário mínimo, ocorrida desde o início do Plano Real e defendida por Saboia (2007) como uma importante ferramenta para a redução da miséria absoluta e da pobreza, o que, conseqüentemente, reduz a vulnerabilidade social e contribui para a melhoria da qualidade de vida da população. Outros programas de transferência de renda direta que vêm de fora das localidades, normalmente do Governo Federal, contribuem para a melhoria do cenário econômico local.

A industrialização, forma geral, contribuiu para a melhora do cenário empregatício regional, embora as empresas estejam todas alocadas em um mesmo segmento de trabalho, bastante suscetível a crises e, portanto, não deveria ser tratada como solução para os problemas econômicos regionais, sendo necessária uma diversificação da atividade econômica para que a geração de empregos possa ser estabilizada e o impacto das crises cíclicas, diminuído.

Para os indicadores de qualidade de vida, em se tratando de saúde pública e melhoria no cenário educacional, faz-se necessário que, na região, todos os entes envolvidos no processo de gestão trabalhem de forma orientada a fim de estabelecer um projeto de qualidade que vise atender às demandas da sociedade por melhorias na qualidade de vida da população.

A quantidade de empregos gerados na região também foi satisfatória no período analisado, com todas as cidades apresentando um saldo positivo na geração de empregos.

Por fim, o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio existem para pautar as ações do poder público no sentido de melhorar a qualidade de vida da população, e nas cidades analisadas, muitos destes pontos ainda não foram satisfeitos de forma plena, o que indica que trabalhos consistentes ainda devem ser realizados para o desenvolvimento, de fato, ocorrer na região.

Em suma, a situação dos municípios analisados ainda está longe de ser resolvida no tocante ao desenvolvimento justamente pelo fato deste conceito ser

multidisciplinar, podendo atingir várias esferas da análise da sociedade contemporânea.

Este trabalho objetiva ser um ponto de análise para outros trabalhos que busquem aprofundar-se nas questões locais, e não apontar solução para os problemas apresentados pela região.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, L. E.; et al. **O salário mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: estariam esgotados seus efeitos?** Econ. Apl. [online]. Vol.15, n.4, pp. 559-593. ISSN 1413-8050. 2011.
- ALVES, T. M.; CHAVEIRO, E. F. **Metamorfose urbana: A conurbação Goiânia-Goianira e suas implicações sócio-espaciais.** Revista Geográfica Acadêmica. Volume 1, número 1. Dezembro de 2007. ISSN 16787226.
- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo.** In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1995.
- ATLAS BRASIL. **Manual do Atlas Brasil.** Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/meetodologia/idhm_longevidade/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015.
- BACHA, E. **Os mitos de uma década.** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1978.
- _____, **O choque externo e a resposta possível – Como reagir à crise – Políticas econômicas para o Brasil.** Rio de Janeiro. Editora Imago. 2009.
- BIELSCHOWSKY, R. **Os investimentos fixos na economia brasileira nos anos noventa – apresentação e discussão dos números relevantes.** Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/4960/capi.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2014.
- BOUDEVILLE, J. **Os Espaços econômicos.** São Paulo. Difusão Europeia do Livro. 1973.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Auto interesse e incompetência.** Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro. 2003.
- _____, **Estado e Subdesenvolvimento Industrializado.** São Paulo. Editora Brasiliense. 1977.
- CARDOSO, F. H. **A arte da política – A história que vivi.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2006.
- CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. **Economia e Desenvolvimento Regional.** São Paulo. Editora Atlas. 2000.

CURADO, M. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula**. Revista Economia & Tecnologia - Ano 07, Volume Especial – 2011. Disponível em <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Marcelo%20Curado.pdf>>. Acesso em 20 de Julho de 2014.

DINIZ, C. **Celso Furtado e o Desenvolvimento regional**. Nova Economia, vol. 19, nº2, p. 227-249_maio-agosto de 2009. Belo Horizonte.

ERBER, F. **As convenções de desenvolvimento no Governo Lula: um ensaio de economia política**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011.

Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. IFDM. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal** – Anexo metodológico. Disponível em <<http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads>>. Acesso em 14 de setembro de 2014.

FERREIRA, A. **Desenvolvimento Regional: Limites e possibilidades Institucionais – Um estudo de caso da Região do Vale do Paraíba – RJ**. Rio de Janeiro. 2012.

FERREIRA, A. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1993.

FRAGA NETO, A. **Opções para a política econômica. – Como reagir à crise – Políticas econômicas para o Brasil**. Editora Imago. Rio de Janeiro. 2009.

FREITAS, R. **Regiões Metropolitanas: Uma abordagem conceitual**. Humanae, v1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.

_____. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981.

FUSCO, F. M. **O planejamento territorial como instrumento de desenvolvimento local: O Médio Vale do Paraíba Fluminense – RJ**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo. 2005.

HABERLER, G. **Crescimento econômico e estabilidade**. Los Angeles: Editora Zahar, 1974.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>>. Acesso em 18 de novembro de 2014.

LABINI, P. S. **Oligopólio e Progresso Técnico – Os economistas**. Rio de Janeiro. Editora Nova Cultural. 1988.

MACHADO, J.; et al. **A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD**. Revista Economia e Sociedade, v.17, nº1 (32), p. 53-84, abril de 2008. Campinas.

MALAN, P. **Aonde queremos chegar. – Como reagir à crise? Políticas económicas para o Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Imago. 2009.

_____, **Brasil: três finais de década. – Vinte anos de política econômica**. Rio de Janeiro. Editora Contraponto. 1999.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo. Editora Atlas. 2003.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio – Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1991.

MENEZES, A. da M. **Integração regional: Blocos económicos nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Perfil do Município**. Disponível em <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em 28 de dezembro de 2014.

_____. Portal MTE **Emprego**. Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em 28 de dezembro de 2014.

MORAES, R. **Neoliberalismo. De onde vem e para onde vai?** São Paulo. SENAC, 2001.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G. e FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos**. São Paulo Perspec. [online]. 2005, vol.19, n.4, pp. 121-133. ISSN 0102-8839.

MULLER, N. L. **Industrialização do Vale do Paraíba. Geografia das Indústrias.** São Paulo. USP. 1969.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro. Editora Saga. 1972.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas.** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 30 de março de 2014.

OJIMA, R.; et al. **O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as cidades-dormitório no Brasil.** Caderno Metropolitano. São Paulo, v12, n.24, pp. 395-415, jul/dez 2010.

OLIVEIRA, F. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense.** São Paulo. 2003.

PERROUX, F. **A economia do século XX.** Editora Herber. Lisboa. 1967.

_____. **Sociologia do Desenvolvimento.** Editora Zahar. Rio de Janeiro. 1967(a).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA. **Sobre a cidade.** Disponível em <<http://www.barramansa.rj.gov.br>>. Acesso em 17 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL. **História.** Disponível em <<http://www.portoreal.rj.gov.br>>. Acesso em 17 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE. **História.** Disponível em <http://www.resende.rj.gov.br>>. Acesso em 17 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. **Sobre a cidade.** Disponível em <http://www.voltaredonda.rj.gov.br>>. Acesso em 17 de dezembro de 2014.

PONCIANO, J. CAMPOS, A. **Eliminação dos impostos sobre as exportações do agronegócio e seus efeitos no comportamento da economia.** Revista Brasileira de Economia. Vol 57, nº3. Rio de Janeiro. Julho/Setembro 2003.

PORTAL OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. **Relatórios Dinâmicos.** Disponível em <<http://www.portalodm.com.br>>. Último acesso em 22 de dezembro de 2014.

RAMALHO, J.; SANTANA, M. **Trabalho, desenvolvimento e território: A implantação da indústria automobilística no Sul Fluminense.** Anais. X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP. São Paulo. 2005.

RODRIGUES, I.; et al. **Médio Vale do Paraíba do Sul: Estado, Políticas Públicas e Organização do Espaço – 1930/1980**. Revista Brasileira de Geografia, nº54, p.57-82. Rio de Janeiro. 1992.

ROSSI JÚNIOR, J. L.; FERREIRA, P. C. **Evolução da produtividade na economia e abertura comercial**. Disponível em <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/190/124>>. Acesso em 20 de julho de 2014.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 1974.

SABOIA, J. **O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil**, in Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. IPEA. 2007.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo. Editora Best-Seller. 1999.

SANTOS, E. L.; et al. **Desenvolvimento: Um conceito multidimensional**. Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Ano 2, n.1, Julho/2012.

SCHNORE, L. F. **Satellites and suburb**. Social Forces, v.36, n.2, pp.121-127. Berkeley. 1957.

SEFAZ MATO GROSSO. **É preciso diferenciar desoneração de incentivos fiscais**. Disponível em <<http://sefaz-mt.jusbrasil.com.br/noticias/2053440/e-preciso-diferenciar-desoneracao-de-incentivos-fiscais-diz-eder-moraes>>. Acesso em 12 de julho de 2014.

SEITENFUS, R. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre. Livraria do Advogado. 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras. 2010.

SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. O. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército. 1975.

SMITH, A. **A riqueza das nações**, Volume I. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2012.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo. Hocitel/Unicamp. 2000.

URANI, A. **Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil**. Cúpula sobre Desenvolvimento Social. Copenhagen. 1995.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Introdução à Economia**. São Paulo. Editora Frase. 2009.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: O Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. São Paulo, 2009.

_____; **Industrialização e as políticas de desenvolvimento regional: Estudo do Vale do Paraíba Paulista no período de 1970 a 2000**. Revista Redes. v. 19, p.77-97, 2014.

VIEIRA, E.T.; SANTOS, M.J.; **Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR. v 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012.

WIKIMEDIA. **Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense**. Disponível em <<http://www.wikimedia.com.br>>. Acessado em 15 de dezembro de 2014.

ZAMORA, S. **Economic relations and development**. In: JOYNER, Christopher C. (Ed.). The United Nations and international law. Cambridge: The American Society of International Law, 1997. P. 232-286.